



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II



ANO XXVII — Nº 80

QUARTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 1972

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Petrónio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO N.º 34, de 1972

Autoriza a Prefeitura Municipal de Itajai, Santa Catarina, a emitir obrigações destinadas a garantir e obter empréstimo junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 1.º É levantada a proibição constante do artigo 1.º da Resolução n.º 58, de 1968, revigorada pela de n.º 79, de 1970, ambas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Itajai, Estado de Santa Catarina, emita quaisquer obrigações até o limite de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), com a finalidade de garantir uma operação de empréstimo contratada junto à Caixa Econômica Federal, destinada a custear obras de conclusão do próprio municipal, antiga sede da Alfândega de Itajai, cedido àquela Municipalidade.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de agosto de 1972. — **Petrônio Portella**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Petrónio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO N.º 35, de 1972

Suspende a proibição contida nas Resoluções n.º 58, de 1968, e n.º 79, de 1970, para permitir que o Governo do Estado de São Paulo aumente o limite de endividamento público, com a emissão de Bônus Rotativos.

Art. 1.º É suspensa a proibição constante do art. 1.º da Resolução n.º

58, de 1968, revigorada pela de n.º 79, de 1970, ambas do Senado Federal, para permitir que o Governo do Estado de São Paulo possa aumentar em Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) o limite de endividamento público com a emissão de Bônus Rotativos, visando obter recursos complementares destinados ao atendimento de obras prioritárias, desde que condicionada a sua colocação no mercado no prazo mínimo de 6 (seis) meses, em montantes mensais a serem estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de agosto de 1972. — **Petrônio Portella**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Petrónio Portella, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO N.º 48, de 1972

Aprova o texto do Acordo para um Programa de Cooperação Científica entre a República Federativa do Brasil e os Estados dos Unidos da América, firmado em Brasília a 1.º de dezembro de 1971.

Art. 1.º É aprovado o texto do Acordo para um Programa de Cooperação Científica entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Brasília a 1.º de dezembro de 1971.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de agosto de 1972. — **Petrônio Portella**, Presidente do Senado Federal.

ACORDO PARA UM PROGRAMA DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, reconhecendo que a cooperação científica promoverá o progresso da ciência e fortalecerá os laços de amizade para o benefício comum dos dois países, convieram no seguinte:

#### Artigo I

Os dois Governos promoverão um programa de cooperação científica em áreas de interesse mútuo, selecionadas e aprovadas, especificamente para cada caso, pelas agências executivas mencionadas no Artigo 5.

#### Artigo II

O objetivo do programa será o de intensificar a cooperação entre os cientistas dos dois países e proporcionar oportunidades adicionais para o intercâmbio de idéias, informações, aptidões e técnicas, colaborar em problemas de interesse mútuo, trabalhar conjuntamente em ambientes peculiares e utilizar facilidades especiais.

#### Artigo III

Na medida em que as Partes estiverem de acordo, o programa de cooperação poderá incluir o intercâmbio de cientistas, a execução de programas de pesquisa, a realização de reuniões e qualquer outra atividade conjunta que faça progredir o programa, mediante a aprovação prévia das referidas agências executivas.

#### Artigo IV

Participarão do programa os cientistas vinculados às agências governamentais e às instituições acadêmicas ou outras instituições dos dois países. Em casos apropriados, os cientistas, as agências ou as instituições de outros países serão levados a participar de determinadas atividades dentro do programa. As despesas de-

## EXPEDIENTE

### SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**EVANDRO MENDES VIANNA**  
Diretor-Geral do Senado Federal

**ARNALDO GOMES**  
Superintendente

**PAULO AURÉLIO QUINTELLA**  
Chefe da Divisão Administrativa

**ÉLIO BUANI**  
Chefe da Divisão Industrial

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
**Seção II**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

#### ASSINATURAS

##### Via Superfície:

Semestre .....	Cr\$ 20,00
Ano .....	Cr\$ 40,00

##### Via Aérea:

Semestre .....	Cr\$ 40,00
Ano .....	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

correntes da participação desses cientistas, agências ou instituições, entretanto, só serão custeadas pelas agências executivas mediante concordância mútua.

#### Artigo V

Cada Governo designará uma agência executiva que será responsável pela coordenação de sua parte do programa. Para o Governo da República Federativa do Brasil a agência executiva será o Conselho Nacional de Pesquisas e para o Governo dos Estados Unidos da América a agência executiva será a Fundação Nacional de Ciências. Essas agências executivas trabalharão em estreita ligação para a implementação do programa.

#### Artigo VI

A agência executiva de cada Parte assegurará que, para qualquer atividade conjunta levada a efeito dentro do programa, serão efetuados ajustes pormenorizados pelas agências ou instituições apropriadas de seu país.

#### Artigo VII

A agência executiva facilitará a entrada a saída de cientistas e equipa-

mento do outro país que participe de qualquer atividade conjunta. Esses equipamentos serão admitidos livres de taxas aduaneiras.

#### Artigo VIII

Cada Governo arcará normalmente com os custos provenientes do cumprimento de suas responsabilidades respectivas decorrentes do programa; em casos excepcionais, os custos serão cobertos da maneira que for mutuamente convenconada.

#### Artigo IX

As informações científicas, derivadas de atividades conjuntas desenvolvidas dentro do programa, serão postas à disposição da comunidade científica mundial, através dos meios usuais e em conformidade com os procedimentos normais das agências ou instituições participantes.

#### Artigo X

As obrigações dos dois Governos dentro do programa estarão sujeitas à disponibilidade dos fundos consignados para esse fim.

#### Artigo XI

Os dois Governos reverão conjunta e periodicamente o programa, na forma mutuamente convenconada.

#### Artigo XII

Nada no programa será interpretado no sentido de prejudicar outros ajustes para cooperação científica entre os dois países.

#### Artigo XIII

O presente Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor por cinco anos, salvo se for renovado por mútuo entendimento. O término da vigência do Acordo não afetará a validade de quaisquer ajustes efetuados em conformidade com seus artigos.

Feito em Brasília ao primeiro dia do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e um, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e inglesa, ambos os textos fazendo igualmente fé.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: **Mario Gibson Barboza.**

Pelo Governo dos Estados Unidos da América: **William Manning Rountree.**

## SUMÁRIO DA ATA DA 91.<sup>a</sup> SESSÃO, EM 29 DE AGOSTO DE 1972

### 1 — ABERTURA

### 2 — EXPEDIENTE

#### 2.1 — Ofícios

Do Sr. 1.<sup>o</sup>-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos das seguintes matérias:

Projeto de Lei da Câmara n.<sup>o</sup> 27/72 (n.<sup>o</sup> 807-B/72, na origem), que concede pensão especial à Senhora Maria Câmara de Souza Costa, viúva do ex-Ministro da Fazenda Artur de Souza Costa.

Projeto de Lei da Câmara n.<sup>o</sup> 28/72 (n.<sup>o</sup> 376-C/71, na origem), que inclui a Associação dos Servidores da Agricultura, a Associação dos Pensionistas do Serviço Público Civil, e congêneres, entre as entidades consignatárias de que trata a Lei n.<sup>o</sup> 1046, de 2-1-1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento.

Projeto de Lei da Câmara n.<sup>o</sup> 29/72 (n.<sup>o</sup> 806-B/72, na origem), que modifica os incisos IV do art. 13 e III do art. 18 da Lei n.<sup>o</sup> 5700, de 1.<sup>o</sup> de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos Nacionais, e dá outras providências.

## 2.2 — Parecer

Referente a seguinte matéria:

Ofício S n.º 27/72 (n.º 1/72-CMN), do Senhor Ministro da Fazenda, encaminhando o Relatório do Conselho Monetário Nacional, referente ao ano de 1971, elaborado pelos órgãos técnicos do Banco Central do Brasil.

## 2.3 — Comunicações da Presidência

Prazo para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 27/72 — lido no expediente.

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 19 horas, destinada à leitura da Mensagem Presidencial n.º 50/72-CN.

## 2.4 — Discurso do expediente

SENADOR JOSÉ SARNEY — Considerações sobre o discurso proferido, em sessão anterior, pelo Senador Danton Jobim, referente à política tributária do Governo.

## 3 — ORDEM DO DIA

Redação final do Projeto de Resolução n.º 38, de 1972, que autoriza a emissão pela Prefeitura Municipal de Jau, Estado de São Paulo, de quaisquer obrigações, até o limite de Cr\$ 500.000,00, para garantir uma operação de empréstimo junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S.A. **Aprovado**, à promulgação.

Projeto de Lei da Câmara n.º 26, de 1972 (n.º 811-B/72, na Câmara), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores de fabricação nacional. **Aprovado**, à sanção.

Projeto de Resolução n.º 40, de 1972, que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, operação de financiamento externo destinado a cobrir a aquisição de anéis de seguimento para revestimento de túneis do trecho 3 da linha prioritária norte-sul do Metropolitano. **Aprovado**, à Comissão de Redação.

## ATA DA 91.ª SESSÃO EM 29 DE AGOSTO DE 1972

### 2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO PORTELLA, CARLOS LINDENBERG, RUY CARNEIRO E DUARTE FILHO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto SENA — Flávio Brito — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Renato Franco — José Sarney — Petrónio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Paulo Torres — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Emival Calado — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Antônio Carlos — Celso Ramos — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1.º-Secretário procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte:

### EXPEDIENTE OFÍCIOS

DO SR. 1.º-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
N.º 27, de 1972

(n.º 807-B/72, na Casa  
de origem)

(DE INICIATIVA DO SENHOR  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA)

Concede pensão especial à Senhora Maria Câmara de Souza Costa, viúva do ex-Ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida à Senhora Maria Câmara de Souza Costa, viúva do ex-Ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa, uma pensão especial

## 4 — DISCURSO APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR FRANCO MONTORO — Considerações sobre a distribuição da renda nacional.

SENADOR BENEDITO FERREIRA — (Em explicação pessoal) — Fixando sua posição nos apartes dados ao discurso de seu antecessor na tribuna.

SENADOR ANTÔNIO FERNANDES — Apresentando subsídios à execução do Plano elaborado pelo Instituto Brasileiro do Café, objetivando o revigoramento e renovação dos cafezais brasileiros.

SENADOR GUIDO MONDIN — Transcurso do II aniversário de fundação da revista "Parlamento", editada em Porto Alegre — RS.

SENADOR CARLOS LINDENBERG — Reverenciando a memória do Dr. Mário Correia de Lima.

SENADOR ADALBERTO SENA — Necessidade de serem reajustados os vencimentos dos servidores contratados pelas diversas fundações do Governo do Distrito Federal.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Instalação de Agência do Banco do Brasil no Município de Tobias Barreto, Estado de Sergipe.

SENADOR WILSON CAMPOS — Apelo ao Governo de Portugal e à Empresa Aérea Portuguesa (TAP), no sentido de que promovam a participação das classes empresariais daquele País nas comemorações do Sesquicentário de nossa Independência, na Semana da Pátria.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS — Quadro da situação calamitosa criada pelas enchentes que se abateram sobre regiões do Estado de Santa Catarina.

5 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. Encerramento.

6 — Atas das Comissões.

7 — Composição das Comissões Permanentes.

correspondente ao valor de 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Parágrafo único. A pensão a que se refere esta lei será reajustada sempre que houver alteração do valor do salário-mínimo.

Art. 2.º As despesas decorrentes do pagamento da pensão ora concedida correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N.º 203, DE 1972, DO  
PODER EXECUTIVO

Excelentíssimo Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do artigo 51 da Constituição, e para ser apreciado nos prazos nele referidos, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o anexo projeto de lei que "concede pensão especial à Sra. Maria Câmara de Souza Costa, viúva do ex-Ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa.

Brasília, 31 de julho de 1972. —  
Emílio G. Médici.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 242,  
DE 5 DE JULHO DE 1972, DO MI-  
NISTÉRIO DA FAZENDA.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência a concessão de pensão especial, por via legislativa, a Maria Câmara de Souza Costa, viúva do ex-Ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa.

2. A proposta visa a assegurar à viúva aos meios indispensáveis de manutenção, uma vez que o ex-Ministro deixou de garantir ao seu cônjuge quaisquer benefícios assistenciais.

3. Assim, tendo em vista ainda os relevantes serviços prestados pelo ilustre estadista, que ocupou com muito brilho a pasta da Fazenda, por mais de onze anos, no período de 24 de julho de 1934 a 29 de outubro de 1945, tenho a honra de submeter à assinatura de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem acompanhada de anteprojeto de lei, que se destina a conceder uma pensão condigna à viúva, no valor de cinco vezes o maior salário-mínimo vigente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — **Antônio Delfim Netto.**

(A Comissão de Finanças.).

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
N.º 28, de 1972**

(N.º 376-C/71, na Casa  
de origem)

Inclui a Associação dos Servidores da Agricultura, a Associação das Pensionistas do Serviço Público e congêneres, entre as entidades consignatárias de que trata a Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Ficam incluídas entre as entidades consignatárias de que trata a Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950, a Associação dos Servidores da Agricultura, a Associação das Pensionistas do Serviço Público, bem assim outras entidades congêneres que congreguem servidores, pensionistas e inativos do serviço público, desde que consideradas em lei como de utilidade pública.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
N.º 29, de 1972**

(N.º 806-B/72, na Casa  
de origem)

(DE INICIATIVA DO SENHOR  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA)

Modifica os incisos IV do art. 13 e III do art. 18 da Lei n.º 5.700, de 1.º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os incisos IV do art. 13 e III do art. 18 da Lei n.º 5.700, de 1.º de setembro de 1971, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. ....  
IV — No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores, nos Tribunais Federais de Recursos e nos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 18. ....  
III — No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores, nos Tribunais Federais de Recursos, nos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e nos Tribunais de Justiça estaduais, quando determinado pelos respectivos presidentes, pelo falecimento de um de seus ministros ou desembargadores.”

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MENSAGEM N.º 209, DE 1972, DO  
PODER EXECUTIVO**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do artigo 51 da Constituição, e para ser apreciado nos prazos nele referidos, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Justiça, o anexo projeto de lei que “modifica os incisos IV do artigo 13 e III do artigo 18 da Lei n.º 5.700, de 1.º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providência.”

Brasília, 1.º de agosto de 1972. —  
**Emílio G. Médici.**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS  
GM-335-B, de 14 DE MAIO DE 1972,  
DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Objetivando especificar os nomes dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, omitidos no teor da Lei n.º 5.700, de 1.º de setembro de 1971, que dispõe sobre a

forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências, submeto à consideração de Vossa Excelência projeto de lei que modifica os incisos IV, do artigo 13, e III do artigo 18, daquele diploma.

Em verdade os Tribunais de Contas não figuram senão genericamente no texto ora modificado, englobados na denominação de “repartição federal” do artigo 14, deixando de constar nos incisos casuísticos.

Pela proeminência de seus encargos no concerto administrativo do País acredito justo que figurem, também, nas relações nominativas constantes daquela lei.

Nestas condições tenho a honra de submeter o assunto a elevada consideração de Vossa Excelência, permitindo-me, desde logo, anexar o projeto de lei que consubstancia a medida.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de profundo respeito. — **Alfredo Buzaid,**  
Ministro da Justiça.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

**LEI N.º 5.700, DE 1.º DE  
SETEMBRO DE 1971**

**Dispõe sobre a forma e a apre-  
sentação dos Símbolos Nacionais,  
e dá outras providências.**

Art. 13. Hasteia-se diariamente a  
Bandeira Nacional:

IV — No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores e nos Tribunais Federais de Recursos;

Art. 18. Hasteia-se a Bandeira Nacional em funeral nas seguintes situações, desde que não coincidam com os dias de festa nacional:

III — No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores, nos Tribunais Federais de Recursos e nos Tribunais de Justiça Estaduais, quando determinado pelos respectivos presidentes, pelo falecimento de um de seus ministros ou desembargadores;

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

**PARECER  
PARECER**

**N.º 287, de 1972**

Da Comissão de Finanças, sobre o Ofício S n.º 27, de 1972, n.º 1/72 — CMN), do Senhor Ministro da Fazenda, encaminhando o Relatório do Conselho Monetário Nacional, referente ao ano de 1971, elaborado pelos órgãos técnicos do Banco Central do Brasil.  
**Relator: Sr. Lourival Baptista**

1. O Conselho Monetário Nacional, cumprindo o que estabelece o § 6.º

do art. 4.º da Lei n.º 4.595, de 1964, que dispõe sobre a política monetária, encaminhou ao Congresso Nacional o relatório sobre a evolução da moeda brasileira durante o ano de 1971.

2. O § 6.º acima referido estabelece:

“§ 6.º O Conselho Monetário Nacional encaminhará ao Congresso Nacional, até 31 de março de cada ano, relatório da evolução da situação monetária e creditícia do País no ano anterior, no qual descreverá, minudentemente, as providências adotadas para cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta lei, justificando destacadamente os montantes das emissões de papel-moeda que tenham sido feitas para atendimento das atividades produtivas.”

3. No Ofício, o Senhor Presidente do Conselho Monetário Nacional diz:

“Circunstâncias alheias à vontade da Secretaria deste Conselho, relacionadas com o levantamento dos dados pertinentes ao incluso trabalho — que se vincula intimamente com o Relatório Anual do Banco Central do Brasil —, não permitiram o cumprimento dessa obrigação dentro do prazo fixado no dispositivo legal inicialmente citado, o que espero seja considerado por V. Ex.ª para justificar o involuntário atraso na remessa deste documento.

É com grande prazer, entretanto, que ora encaminho a V. Ex.ª o anexo relatório, referente ao ano de 1971, elaborado pelos órgãos técnicos do Banco Central do Brasil, por meio do qual os Senhores Congressistas poderão verificar as várias providências que este Conselho adotou, no decorrer do exercício passado, relativamente à política monetária e creditícia do País, bem como suas repercussões nos diversos setores da economia nacional e os objetivos assim alcançados.”

4. Os objetivos a que se refere esse § 6.º do art. 4.º acham-se reunidos no art. 3.º da mesma Lei n.º 4.595, de 1964, cumprindo destacar os dois primeiros itens:

I — Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional em processo de desenvolvimento.

II — Regular o valor interno da moeda, para tanto prevendo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais.”

5. Convém lembrar que esta Comissão de Finanças, ao examinar o

projeto que se transformou na Lei n.º 4.595, de 1964, visava a “dar disciplina e regulamentação hábil ao tormentoso problema das emissões de papel-moeda”. (Parecer n.º 1.353, de 1964, da C.F.).

Segundo o pensamento financeiro dominante em 1964, a inflação, entendida aqui como aumento do índice geral de preços, está diretamente vinculada ao déficit orçamentário, o que necessitava de disciplinamento.

Com efeito, diz o aludido parecer: “doravante o Poder Legislativo assume a responsabilidade dos déficits orçamentários que aprovou e autoriza a sua cobertura e financiamento, através do Banco Central. Este, e somente este, pode socorrer o Tesouro para cobertura de déficit, mediante a venda de títulos e obrigações por ele emitidos. Fica expressamente vedado o empréstimo ao Tesouro em conta corrente, como vedado fica ao Banco do Brasil lhe fazer empréstimos. O Banco Central, porém, pode emitir papel-moeda para a tomada dos títulos e obrigações do Tesouro, somente dentro da autorização e dentro do limite estipulado pelo Legislativo, na Lei de Meios”.

Há, também, na Lei da reforma monetária (item I, art. 4.º) a seguinte autorização geral:

“O Conselho Monetário Nacional pode, ainda, autorizar o Banco Central da República do Brasil a emitir, anualmente, até o limite de 10% (dez por cento) dos meios de pagamentos existentes a 31 de dezembro do ano anterior, para atender às exigências das atividades produtivas e da circulação da riqueza do País, devendo, porém, solicitar autorização ao Poder Legislativo, mediante Mensagem do Presidente da República,

para as emissões que, justificadamente, se tornarem necessárias além daquele limite.”

Essa determinação legal se prende, além de outros, ao conhecido fato de que os gastos do Governo propiciam efeitos de multiplicação sobre a procura global. Ou seja, além das consequências diretas sobre os fornecedores do Governo, há os efeitos indiretos, que resultam da conduta dos primeiros beneficiários dos gastos públicos ao disporem de sua receita, proporcionando uma demanda indireta de bens de consumo.

Em razão desse fato, as políticas anti-inflacionárias evoluíram para outra posição. Da política de equilíbrio orçamentária de 1964, passaram à do déficit controlado ou das emissões controladas, como prevê a lei. Esta última visa, através de instrumento monetário, a intervir no processo de mudança social, seja no revigoramento do hábito de poupança ou do mercado de capitais, seja, mais profundamente, diversificando a produção e o consumo.

Com a Lei n.º 4.595, de 1964, supunha-se que, retirado do Governo o poder discricionário de emissão, terminariam os crônicos déficits orçamentários, apontados como a origem das pressões inflacionárias. Entretanto, providências mais severas por parte do Banco Central foram necessárias para controlar as instituições financeiras, na medida em que os primeiros responsáveis pela expansão de meios de pagamento são os bancos comerciais, ou seja o setor privado.

Esta última observação está quantificada no Relatório que ora se examina:

## VII — MEIOS DE PAGAMENTO

### Fatores de Expansão (+) e Contração (—)

DISCRIMINAÇÃO	Participação sobre a expansão e contração	
	%	
	1971	
I — Fatores de Expansão .....	100,0	
1. Empréstimos .....	63,8	
1.1. Ao Setor Público .....	—15,9	
1.1.1. Tesouro Nacional .....	—16,3	
1.1.2. Governos Estaduais, Autarquias e outras entidades públicas .....	0,4	
1.2 Setor privado .....	79,7	
2. Reservas Estrangeiras Líquidas (*) .....	14,2	
3. Outras contas cambiais .....	—2,1	
4. Títulos do Governo Federal em poder dos Bancos Comerciais .....	8,0	
5. Outras contas do sistema bancário (saldo líquido) .....	16,1	

DISCRIMINAÇÃO	Participação sobre a expansão e contração %
<b>II — Fatores de Contração</b> .....	<b>100,0</b>
1. Depósitos a prazo .....	22,5
2. Outros depósitos .....	7,6
3. Fundo do Café .....	5,1
4. Recursos próprios (Autoridades Monetárias e Bancos Comerciais) .....	65,5
5. Contrapartida de auxílios externos (USAID e BID) .....	-0,7
<b>III — Expansão Líquida da Oferta Monetária = (I-II) = (A+B)</b> .....	<b>100,0</b>
A — Depósitos à vista e a curto prazo .....	83,5
1. Setor Privado .....	65,8
2. Setor Público .....	17,7
B — Papel-moeda em poder do público .....	16,5

(\*) Autoridades Monetárias e Bancos Comerciais.

6. Justificando essa expansão de 31% da oferta monetária no total de pouco mais de Cr\$ 47 bilhões (Quadro VIII — pág. 61), diz o Conselho.

“Na área das finanças públicas os resultados também foram bastante expressivos. Em 1971, o déficit de caixa do Tesouro Nacional situou-se em Cr\$ 672 milhões, representando apenas 0,3% do Produto Interno Bruto. Essa cifra revela o total controle já alcançado pelo Governo Federal na sua execução financeira. Aquele déficit foi, por outro lado, totalmente financiado pela venda de títulos do Governo ao setor privado, de sorte que deixou de causar qualquer impacto sobre o aumento do meio circulante.

A oferta monetária expandiu-se de 31,0% durante o ano de 1971, contra 26,7% em 1970. O maior crescimento dos meios de pagamento em 1971 foi uma resposta à demanda de liquidez por parte do sistema econômico, explicado pelo acentuado aumento da produção real de bens e serviços durante o período. Desse modo, a elevação da liquidez da economia foi compatível, ao mesmo tempo, com o grande dinamismo das atividades produtivas e com a manutenção de adequado controle sobre a evolução dos índices de preços.”

7. Diz, ainda, o aludido documento sobre o setor privado:

“Nas relações das Autoridades Monetárias com o setor privado não financeiro estão compreendidas, de um lado, as operações de empréstimos do Banco do Brasil através de suas carteiras especializadas, de Crédito Rural (CREAL), Crédito Geral (CREGE), Comércio Exterior (CACEX) e Câmbio (CAMIO) e, de outro, as operações de levantamento de recursos, principalmente sob a forma de

depósitos e da arrecadação das quotas de contribuição calculadas sobre as cambiais de exportação de café e outras receitas parafiscais.

Em termos reais, o conjunto dessas operações teve evolução ascendente em 1971, quando os saldos nominais dos empréstimos cresceram de 47,2% em relação aos saldos de 1970.

A assistência creditícia às atividades industriais destinou-se, principalmente, às indústrias de bens de consumo, notadamente produtos alimentares, têxtil, vestuário e calçados, bem como às indústrias metalúrgicas, mecânica e de material elétrico, comunicações, material de transporte, produtos químicos e farmacêuticos e minerais não metálicos. Quanto à produção e comercialização, as atividades mais contempladas com recursos foram as destinadas à produção agrícola.”

8. Convém, ainda, transcrever as observações do Conselho sobre as finanças da União:

“A execução orçamentária caracterizou-se por sua adequação às linhas gerais de política econômica global desenvolvida pelo Governo, deixando patente, ao término do exercício, um menor desequilíbrio, que caracterizou as finanças federais em 1971. O déficit, no montante de Cr\$ 672,3 milhões e inferior em Cr\$ 117,7 milhões ao programado, correspondeu a apenas 2,4% da despesa do Tesouro.”

9. O exame desse Relatório não deve ir mais longe, sobretudo depois dos quadros apresentados nos anexos (fls. 53 e seguintes), especialmente o de n.º VII, acima aludido.

10. A conclusão fundamental é a de que a inflação é gerada, primordialmente (quase 80%) no setor privado, seja para, diretamente, financiar a

expansão da produção e consumo interno, ou em razão da baixa velocidade de circulação da moeda, conclusão essa semelhante aos exames procedidos nos relatórios dos anos anteriores.

Damos por terminado o exame do Relatório da situação monetária do País, no ano de 1971, na expectativa de haver propiciado aos Senhores Senadores membros desta Comissão de Finanças condições para melhor apreciar a matéria.

Finalmente, convém aduzir que julgamos interessante, devido à sua importância, a publicação desse Relatório do Conselho Monetário Nacional, referente a 1971, no *Diário do Congresso Nacional*, e opinamos pelo seu arquivamento.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1972. — João Cleofas, Presidente — Lourival Baptista, Relator — Danton Jobim — Ruy Santos — Geraldo Mesquita — Virgílio Távora — Jessé Freire — Saldanha Derzi — Franco Montoro — Wilson Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O expediente que acaba de ser lido será publicado.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — No expediente lido, consta o Projeto de Lei da Câmara n.º 27, de 1972 (n.º 807-B/72, na Casa de origem), que concede pensão especial à Senhora Maria Câmara de Souza Costa, viúva do ex-Ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa.

Nos termos do § 1.º do art. 142 do Regimento Interno, o referido Projeto receberá emendas na Comissão de Finanças, pelo prazo de 5 sessões ordinárias.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A Presidência recebeu a Mensagem n.º 50, de 1972 CN, encaminhando, para apreciação do Congresso Nacional, o Projeto de Lei n.º 6, de 1972 CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1973.

Nos termos do disposto no art. 89 do Regimento Comum, esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, terça-feira, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados e destinada à leitura da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A requerimento do nobre Líder Senador Ruy Santos, concedo a palavra ao Sr. Senador José Sarney, que falará em nome da Liderança da ARENA.

O SR. JOSÉ SARNEY — (Em nome da Liderança, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou, com muita honra para mim, ocupando a tribuna desta Casa, nesta tarde, para

cumprir um dever muito agradável, uma tarefa das mais fáceis que me foi dada pelo Líder do nosso Partido a defesa do programa do Governo.

Há poucos dias tive oportunidade de apartear o ilustre Senador Franco Montoro, quando S. Ex.<sup>a</sup> fazia o primeiro discurso antiimpacto sobre o problema da distribuição da renda no Brasil. Recebi a concordância de S. Ex.<sup>a</sup> ao reconhecer que as críticas que fazia não se dirigiam especialmente a este Governo nem à Revolução mas recuavam no tempo, para o início do processo de desenvolvimento econômico.

Assim, S. Ex.<sup>a</sup>, encarnando o pensamento da Oposição, dava grandiosidade às críticas que fazia, porque colocava o Brasil, embora agora iniciado nos caminhos do desenvolvimento econômico, a participar ao lado das nações mais velhas nas reflexões sobre os verdadeiros valores do desenvolvimento econômico; assim, S. Ex.<sup>a</sup> reconhecia que as palavras da Oposição não se destinavam a traçar rumos ao Governo mas a fazer uma análise de natureza filosófica muito mais ampla, em busca de programas de Governo mais humanos e exequíveis, em busca daquela perfeição e daquela pureza angélica que é impossível reconhecer como instrumento de validade na ação política — sobretudo porque a política é uma ciência pragmática. As grandes nações sabem que as ideologias vão ficando para segundo plano e o preponderante é o interesse específico de cada uma.

O mais doutrinário e sectário dos estadistas contemporâneos — citado pelo Embaixador do Brasil na ONU — Mao Tsé-Tung, disse que o Marxismo era apenas o instrumento da revolução chinesa e que a China era mais importante que qualquer doutrina. Hoje, acabamos de ver coisas que até há poucos anos poderíamos achar impossível: o Presidente Nixon sair dos Estados Unidos e saltar em Pequim; visitar Moscou para conversar pessoalmente sobre os problemas do mundo.

Pois bem, esse pragmatismo que regula as relações políticas não estava presente quando o nosso ilustre colega Senador Franco Montoro discutiu os problemas da redistribuição de renda.

Sexta-feira, esta Casa viu o eminente Senador Danton Jobim, com aquela sua tranqüilidade de sempre, mergulhado nas estatísticas e nas citações, para fazer uma análise da política tributária do Governo. E devo confessar a esta Casa que S. Ex.<sup>a</sup> também não se debruçou na política tributária do Governo, mas acompanhou o Senador Franco Montoro, quando vinculou o debate dessa política aos valores do desenvolvimento

econômico. E, na realidade, S. Ex.<sup>a</sup> não podia fazer de outra maneira. Não se pode discutir uma política tributária fora do conjunto e do contexto da política global de desenvolvimento econômico de um país.

Mas, se por um lado, o Sr. Senador Franco Montoro não colocava as culpas no Governo atual, o Sr. Senador Danton Jobim, excluindo o Sr. Presidente da República, teve oportunidade de afirmar:

"Não fariamos a injustiça de descarregar as culpas por essa situação nos ombros do Presidente Emílio Médici, mas atribuímo-las à tecnocracia implantada no País desde 1964."

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Com muita honra, Senador Franco Montoro.

O Sr. Franco Montoro — V. Ex.<sup>a</sup>, com muito brilho, está colocando o debate do problema da redistribuição de renda. Mas a elevação com que o problema foi colocado e que V. Ex.<sup>a</sup> mantém não diminui a responsabilidade do atual Governo no fato que se quer discutir. O que pretendíamos evitar é precisamente isso que, parece, V. Ex.<sup>a</sup> encaminha: é discutir, pura e simplesmente, o Governo do Presidente Médici. O MDB quer colocar o problema com muito maior largueza — o que não diminui a responsabilidade do Governo. Também não queremos exagerar essa responsabilidade. Há um fato que colocamos sobre o tapete das discussões e que deve, ou não, ser reconhecido: existe ou não existe uma distribuição iniqua, uma má distribuição da renda nacional? É ou não verdade que está havendo enriquecimento dos ricos e empobrecimento dos pobres? Longe de nós afirmar seja isso culpa do atual Governo, e nisto V. Ex.<sup>a</sup> tem toda razão. Mas não veja nisso um pretexto para afastar as responsabilidades deste Governo. O Ministro Delfim Netto, colocando o mesmo problema, pretendeu desviá-lo para uma tese geral, de que a perfeição nunca se alcançou e que, portanto, essa situação que temos não é perfeita, e nos desafiava a apontar alguns fatos, ou algum fato, um só fato, de iniciativa do atual Governo que estivesse contribuindo para a má distribuição da renda nacional. Apointamos vários desses fatos, e é preciso discuti-los para provar se há existência, ou não, dessa má distribuição da renda nacional. O MDB sustenta que a distribuição da renda nacional é má; está havendo uma concentração de renda nas mãos de alguns, os ricos estão ficando mais ricos e os pobres, mais pobres. Esta é a tese.

O SR. JOSÉ SARNEY — Veja V. Ex.<sup>a</sup> que essa tendência dos ricos

mais ricos e dos pobres mais pobres já era advertida por Leão XIII como perigosa para a humanidade.

O Sr. Franco Montoro — Exato, e contra isso se luta. Alguns governos agravam e outros procuram diminuir essa injustiça.

O SR. JOSÉ SARNEY — Tivemos oportunidade de discutir a respeito quando V. Ex.<sup>a</sup> falava.

Na realidade, estamos percorrendo o caminho do desenvolvimento econômico. A tendência à concentração de renda faz parte do processo de desenvolvimento econômico.

Perguntamos se, na realidade, esse processo é peculiar ao Brasil. Não! E se há outras fórmulas melhores, descobertas pela humanidade, para trazer o desenvolvimento dos povos no mundo contemporâneo. A resposta é não.

O Sr. Franco Montoro — A nossa resposta é sim. Ai é que está a evidência. V. Ex.<sup>a</sup> colocou perfeitamente o problema. Podemos discutir agora concretamente. Indicarei a V. Ex.<sup>a</sup>, se quiser, os exemplos.

O SR. JOSÉ SARNEY — V. Ex.<sup>a</sup> vai dizer se diminuiu o padrão de vida do povo brasileiro. É a pergunta que lhe faço.

O Sr. Franco Montoro — Diminuiu, evidentemente.

O SR. JOSÉ SARNEY — Quais são os dados que V. Ex.<sup>a</sup> tem da diminuição do padrão de vida? Não os encontrei em nenhuma estatística compulsada e nem esses dados me foram trazidos. Nenhum dos economistas que trataram do assunto, mesmo os críticos mais exacerbados do Governo ou dessa política, trouxe ao debate que houve diminuição do padrão de vida do povo brasileiro.

O Sr. Franco Montoro — V. Ex.<sup>a</sup> faz a pergunta, permita-me dar a resposta.

O SR. JOSÉ SARNEY — V. Ex.<sup>a</sup> há de reconhecer que, ao contrário, o que houve foi a elevação do padrão de vida do povo brasileiro, com uma pequena exclusão.

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Ex.<sup>a</sup> a resposta?

O SR. JOSÉ SARNEY — Darei em seguida o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, com muita honra. V. Ex.<sup>a</sup> só faz ilustrar e abrihantar, com seus apartes, meu discurso.

O Sr. Franco Montoro — Não! É o debate.

O SR. JOSÉ SARNEY — Só há uma pequena faixa apontada, justamente na área dos analfabetos e no setor rural, em que ocorre a tendência à estagnação, mas pequena taxa que não acompanha, no mesmo nível,



o resto do padrão de vida do povo brasileiro. Assim, a distorção do Brasil é a mesma de todos os países que marcharam nesse caminho: criar riqueza para redistribuí-la. Se não se fizer assim, o que vamos distribuir? — somente a pobreza; nada teremos a distribuir. Chegaremos a uma constatação desta natureza; os países de melhor faixa de distribuição de renda são justamente aqueles que têm maioria de analfabetos. É nesse setor que a riqueza se distribui com maior equidade.

Certamente não é este o caminho que queremos para o Brasil, o caminho da distribuição de renda no sentido tribal, em que não há nada e todos são iguais, mas ninguém tem direito a acesso algum, nem a perspectiva.

**O Sr. Franco Montoro** — Ninguém deseja isto para o Brasil.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Quando V. Ex.<sup>a</sup> reconheceu que o debate retroagia a mais alguns anos, certamente queria abordar um dos assuntos que se discutem mais amplamente: os valores do desenvolvimento econômico. O que o povo brasileiro reconhece é que, na realidade, os homens públicos destes tempos em que vivemos tiveram a coragem, o talento e a determinação de colocar o Brasil no caminho do desenvolvimento econômico, no caminho da civilização industrial, para podermos distribuir alguma coisa e melhorar o padrão de vida do povo brasileiro — o que está acontecendo ninguém pode negar; negá-lo é negar a evidência. Como se pode negar as coisas mais evidentes?

Tem V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O Sr. Franco Montoro** — A evidência não é tão clara como V. Ex.<sup>a</sup> pretende. Para dar o caráter de debate realmente, gostaria de atribuir a esta nossa troca de informações o sentido de pergunta. Nega V. Ex.<sup>a</sup> que o salário-mínimo tenha perdido o poder aquisitivo nos últimos anos?

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Não quero roubar a V. Ex.<sup>a</sup> o prazer de antecipar o seu discurso sobre política salarial, que faz parte do Programa Antiimpacto.

**O Sr. Franco Montoro** — O programa não é antiimpacto, mas denominação que se deu a um debate sobre problemas nacionais.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Vim, nesta tarde, falar a respeito do discurso do nobre Senador Danton Jobim. Até reconheci que V. Ex.<sup>a</sup> não foi injusto. V. Ex.<sup>a</sup> não particularizou, ao passo que o nobre Senador Danton Jobim diz:

“Não fariamos a injustiça de descarregar as culpas por essa situação nos ombros do Presidente

Emílio Médici, mas atribuímo-las à tecnocracia implantada no País desde 1964.”

O nobre Senador Danton Jobim, ao contrário do que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de afirmar, particularizou em relação ao atual Governo. Precisou S. Ex.<sup>a</sup> que a política de uma alta taxa tributária é devida à tecnocracia implantada no País desde 1964.

Examinando-se o discurso do nobre Senador Danton Jobim, vamos verificar primeiro que a afirmação de S. Ex.<sup>a</sup> é baseada num documento publicado pelo Fundo Monetário Internacional, *Staff Papers*. Pois bem, este documento é de 1967, e os dados que o documento manipula são relativos até 1965. O Senador Danton Jobim ocupa a tribuna do Senado para dizer que devemos à tecnocracia de 1964 a política de altos índices de tributação, e traz como documento básico, o “*Staff Papers*”, estou com este documento em mãos, com a mesma tabela que S. Ex.<sup>a</sup> consultou. Essa tabela diz que de 1960 a 1965 — e aí o Brasil está incluído com uma carga tributária de 26,4% bruta, e líquida de 17%. Em que companhia estamos incluídos?

Para que o Senado possa ter conhecimento da injustiça que se faz ao relacionar o Brasil neste documento, basta dizer que a República Federal da Alemanha, no último ano, tinha uma carga tributária bruta de 47,8% e líquida de 28,3%; o Brasil está com índice de 26,4%.

Ora, nossa posição é muito melhor. Estamos em excelente companhia e com melhoria de posição. Na carga tributária brasileira estão incluídos os encargos que o Estado assumiu no interesse e na defesa da Nação os grandes encargos de natureza social e de infra-estrutura.

Nos países altamente desenvolvidos, através da carga tributária, não estão incluídas as despesas feitas, como no Brasil, em rodovias, nas escolas gratuitas, na universidade gratuita, na infra-estrutura do País, enfim, na ajuda à iniciativa privada, através de programas de industrialização nos setores em que são solicitados. Aqui, são encargos do Governo do Estado, através dos impostos cobrados, e que a Nação aceita. Assim, a carga tributária brasileira é a demonstração de que no Brasil está-se praticando um sistema no qual não existe privilégio e, sim, uma solução igualitária. E a melhor forma de redistribuição de renda é por meio do imposto. O imposto é instrumento de redistribuição de renda. E no Brasil se faz essa redistribuição através do imposto. Não poderíamos arcar com as responsabilidades que o País tem se não houvesse uma carga tributária elevada, mas,

inferior à grande parte dos países desenvolvidos.

**O Sr. Franco Montoro** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Com prazer.

**O Sr. Franco Montoro** — Não está presente o Senador Danton Jobim...

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Este não é problema pessoal, não se trata de caso pessoal. Não faria a indelicadeza...

**O Sr. Franco Montoro** — V. Ex.<sup>a</sup> se referiu a documento citado Senador Danton Jobim, o qual não é do meu conhecimento. Nesta parte, evidentemente, não irei fazer a defesa de S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Não estou formalizando ataques ao Senador Danton Jobim, estou discutindo dados.

**O Sr. Franco Montoro** — V. Ex.<sup>a</sup> citou dados mencionados no discurso do Senador Danton Jobim e pretendeu demonstrar que eram inadequados a nossa situação. Não entro na apreciação desse documento, pois não o conheço. No entanto, há uma distinção no discurso do Senador Danton Jobim e que faz parte da discussão da redistribuição de rendas em lugar destacado. V. Ex.<sup>a</sup> omitiu este ponto, que é fundamental. Não basta que haja uma grande carga tributária redistribuída à população de qualquer maneira para se contestar a má distribuição da renda. Há duas formas essenciais de tributação: a direta e a indireta. O que representa o ponto negro da política tributária brasileira neste Governo, aliás, agravada nos últimos Governos, é a carga tributária indireta, inclusive os encargos sociais a que V. Ex.<sup>a</sup> faz referência. Eles recaem magicamente sobre o consumidor, e este é constituído das camadas mais pobres da população. O imposto indireto é aquele que faz uma distribuição iníqua, porque — aliás, como se reconheceu no parecer do Senado sobre o Orçamento de 1972. — a tributação indireta faz com que os ricos paguem menos e os pobres, mais. Este, o aspecto essencial da má distribuição, apesar de a carga tributária ser um dado apenas. O grave é que essa carga está recaindo sobre a população que menos pode, porque se trata de imposto predominantemente indireto que recai sobre toda a população.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — V. Ex.<sup>a</sup> há de me permitir, nobre Senador Franco Montoro, que esse argumento não está na mesma linha de grandeza da colocação que V. Ex.<sup>a</sup> faz, e que também o nobre Senador Danton Jobim fez, em seu discurso, sobre as críticas ao Governo — esta colocação dos mais ricos e dos mais pobres; princi-



palmente porque V. Ex.<sup>a</sup> não vai poder fazer a injustiça, não somente ao Governo mas a todos nós, de estarmos aqui a defender uma distribuição injusta em favor dos mais ricos, contra os que são mais pobres.

**O Sr. Franco Montoro** — Trata-se de verificar se o fato existe ou não.

(Trocaram-se apartes simultâneos.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — (Fazendo soar a campainha.) Peço aos nobres Senadores que observem o Regimento Interno.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Os dois argumentos de V. Ex.<sup>a</sup> não procedem. O primeiro, quando V. Ex.<sup>a</sup> diz que eu omitira este trecho do discurso do nobre Senador Danton Jobim...

**O Sr. Franco Montoro** — Eu não falei isto.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a lembrança que me faz desse trecho. Agradeço, porque é um ponto essencial, que eu não ia abordar. É o trecho do discurso do nobre Senador Danton Jobim, quando diz:

"Em primeiro lugar, o que se está discutindo não é o destino que se reserva aos recursos obtidos por uma carga tributária exagerada. O que se acha em debate, Sr. Presidente, são as consequências dessa supertributação, quer no âmbito econômico, quer no social."

Parece que foi a isto que V. Ex.<sup>a</sup> também aludiu que eu não tratara, quando V. Ex.<sup>a</sup> disse que a discussão não é sobre o destino do dinheiro arrecadado.

**O Sr. Franco Montoro** — Faço a distinção. O problema é diferente, é entre tributo direto e indireto. É outra coisa.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Eu não tratei dessa afirmativa para não fazer a injustiça de admitir que a Oposição, no Brasil desconhece que o básico nos impostos é saber sua destinação. Será que a oposição não se interessa pelo fato?

A única justificativa do Imposto é ser ele instrumento da redistribuição da riqueza, instrumento pelo qual o Governo resolve os seus problemas financeiros, através do financiamento da sua máquina. É um instrumento social, pela justiça social que ele faz distribuir.

Ora, se tivéssemos um país que tributasse em três por cento os seus habitantes e destinasse os três por cento aos faustos da corte, para dar exemplo de um reinado, não fizesse nada, V. Ex.<sup>a</sup> acharia que, nessa teoria, era melhor o sistema tributário que tributasse para nada fazer.

E o Governo brasileiro permite essa alta taxa de tributo para quê?

É a única coisa que se deve discutir. Para que é destinado imposto que se cobra no Brasil?

É destinado às estradas, ao desenvolvimento econômico, aos programas de assistência social, aos hospitais, aos postos médicos, às campanhas de endemias que são feitas no País todo; enfim, para ter hoje o que nós temos — orgulho de sermos brasileiros.

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O Sr. Eurico Rezende** — Quero congratular-me com o discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, depois de me haver congratulado com o eminente Senador Franco Montoro, na oportunidade, e, também, no ensejo com o ilustre Senador Danton Jobim, que fizeram muito bem em trazer esses assuntos, dada a importância hierárquica para o debate, aos quais S. Ex.<sup>as</sup> deram o nome de instrumentos antiimpactos.

V. Ex.<sup>a</sup> está respondendo muito bem, principalmente quando faz um estudo comparativo entre a carga tributária brasileira e a carga tributária de países mais lesenvolvidos. Esse aspecto da questão tem que ser aceito pelo eminente Senador Franco Montoro, porque, S. Ex.<sup>a</sup>, sendo tratadista e catedrático de introdução à Ciência do Direito, deve ter muito apreço — por obrigação, por vocação e por profissão — ao Direito Comparado. S. Ex.<sup>a</sup> não pode redarguir V. Ex.<sup>a</sup> Em primeiro lugar, recrutando argumentos do eminente Senador Danton Jobim, S. Ex.<sup>a</sup> concorda implicitamente com a tese de V. Ex.<sup>a</sup> quando fala em carga tributária direta. Então, como que capitulando nesse ângulo, S. Ex.<sup>a</sup> procura socorrer-se do outro ângulo: a tributação indireta. Ora é muito difícil, Excelência, aferir-se a dimensão e as implicações da tributação indireta. Isto não consta do Direito Positivo, não consta em estatísticas, porque, obviamente, a tributação indireta, ela se dilui. Então, é de uma temeridade absoluta a afirmativa de S. Ex.<sup>a</sup> no sentido de que estamos num país em que, mercê da tributação indireta. — S. Ex.<sup>a</sup> reproduziu aí o lema do Brigadeiro — "os ricos estão mais poderosos e os pobres estão mais sofrendores".

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.<sup>a</sup>

O outro problema levantado pelo Senador Franco Montoro, no seu aparte, foi o dos impostos diretos e indiretos.

Sabe-se que os tributos diretos são aqueles em que a carga tributária é

paga sem transferência a ninguém. O ônus é suportado por quem paga. Os tributos indiretos são os transferidos daquele que paga.

Reduzindo o que o Senador Franco Montoro quis trazer a debate, S. Ex.<sup>a</sup> diz que o imposto sobre a renda e sobre a propriedade, que são os impostos diretos, estão cobrados a quem e que os impostos indiretos, que são os outros, são cobrados com excessividade porque se transfere seu ônus às camadas menores da população. Naturalmente, a redução desse imposto, diminuiria o preço inicial das mercadorias e, ao mesmo tempo, através desse mecanismo, o consumo aumentaria.

A oposição deseja aumentar o imposto de renda!...

Entretanto, devo dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que, na realidade, não se pode, nem hoje, com a estrutura das empresas modernas, dizer que o imposto de renda é essencialmente imposto direto, porque, as empresas, pessoas jurídicas, que pagam Imposto de Renda, o transferem ao custo de seus negócios; assim, ele também se transforma num imposto indireto.

São raríssimos os países que conseguiram fazer um estudo estrutural capaz de distinguir qual a carga de tributo do setor direto, qual a carga do setor indireto, e sua relação de incidência em face da população. Quando se fala dessa maneira, o que se está querendo é justamente levar o debate para a faixa da discussão das palavras, sem descer aos números.

No Brasil, de certo modo, a nossa carga tributária é alta, e ninguém nega isso; o Sr. Ministro da Fazenda e o Sr. Ministro do Planejamento têm dito ela é elevada. Mas, tenho orgulho em dizer, uma das metas dos programas do Governo — está no Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico — é diminuir essa carga, é diminuir essa tendência que ela vinha ao longo desses 20 anos aumentando.

Eu disse que o Brasil está tendo oportunidade, singular no mundo, de aderir ao processo de desenvolvimento econômico podendo corrigir aqueles setores em que os outros países, que eram os pioneiros, não puderam corrigir. O Governo está usando de instrumentos de correção para que não cometamos os erros nem tenhamos as consequências ocorridas em outras nações.

Comete-se uma injustiça quando se diz que no Brasil se transfere essa carga às populações de mais baixa renda. Isto é válido em países altamente desenvolvidos, é válido no sistema do *laissez-faire*. No sistema hoje do controle, da interferência do Estado para evitar esses graves problemas como no Brasil, não é tão grave. Porque, na realidade, esse setor mais

pobre, da população, que tem a sua renda destinada, em grande parte, à alimentação, à habitação e ao vestuário, não tem tido nenhum aumento específico de tributação.

O Governo tem isentado os gêneros de primeira necessidade, em grande parte, para que o imposto não acarrete uma diminuição do seu consumo pela população de baixa renda.

O Governo também através da educação, através da assistência médica tem redistribuído, o que não acontece em outros países mais ricos.

Assim, o que se deve dizer, o que todos reconhecem, até o próprio Governo, é que, na realidade, nós não estamos num regime onde tudo são flores, mas se está fazendo um esforço grande para corrigir as distorções. Isto é verdade. Estão aí as providências governamentais, que estão sendo tomadas. Fizemos injustiça quando tomaram o Professor Carvalho Pinto como escudeiro das afirmativas feitas, porque, na realidade, o que S. Ex.<sup>a</sup> fez foi, como Professor emérito, constatar uma tendência que não é desconhecida de ninguém, que o Governo reconhece que existe, que o Governo está presente a ela, porque faz parte do seu programa diminuir a carga tributária.

O que S. Ex.<sup>a</sup> fez foi, justamente no seu trabalho, apontar e, mais adiante, afirmar que as providências contra essa carga tributária estão sendo tomadas. É o relatório do Professor Carvalho Pinto: em 1970, o Imposto de Renda atenuou a carga fiscal através do seu escalonamento; o Imposto sobre Produtos Industrializados assinalou um dos menores crescimentos.

O Sr. Carvalho Pinto — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Com muita honra, Senador Carvalho Pinto.

O Sr. Carvalho Pinto — Lamentando não ter podido, devido ao atraso no ingresso a este Plenário, ouvir desde o início o brilhante discurso que V. Ex.<sup>a</sup> está proferindo, e não tendo em mãos o parecer comentado, que elaborei a respeito da proposta orçamentária, não me encontro no momento, em condições de me manifestar com maior precisão acerca de dados aqui ventilados. Quero, entretanto, desde logo congratular-me com V. Ex.<sup>a</sup> pela elevação com que está tratando de um tema da maior atualidade, e que vem despertando justificado interesse em todas as áreas responsáveis do País, conscientes de que de uma bem orientada tributação depende um desenvolvimento econômico sadio e o próprio bem estar da coletividade. V. Ex.<sup>a</sup> bem assinalou um dos aspectos básicos do meu pronunciamento: o de que paralelamente a uma situação desigual, de um sistema tributário injusto que, de longa data, é

apontado como defeituoso, existe o esforço vigoroso, coerente, e sistemático do Governo no sentido da progressiva correção desses males, injustiças e desigualdades. Afirmo isso em meu parecer, com plena consciência das novas realidade, e dos esforços corretivos que já de algum tempo se vêem em nosso País. Já na década de 40 se promoveram congressos regionais e nacionais nesse sentido, e recorde-me até da valiosa colaboração a eles trazida pelo nosso eminente colega, então Secretário da Fazenda de Minas Gerais, o Senador Magalhães Pinto. Era uma reação sistematizadora que se iniciava, procurando por paradeiro à expansão tumultuária da legislação fiscal, cuja elaboração se desenvolvia ao sabor de interesses casuísticos do erário, sem maior atenção às condições sócio-econômicas da coletividade. Esse trabalho foi bem acentuado no atual período revolucionário e são notórios os esforços de saneamento e contenção fiscal que o Governo vem realizando, com base no reconhecimento leal de uma situação incorreta e fiel ao jogo da verdade a que se propôs, onde não se pode desconhecer as graves propriedades do nosso sistema tributário. Configura-se, realmente, uma estrutura reclamante de aperfeiçoamentos ou com incidências injustas e onerosas, ora com tributações pouco produtivas, porque corroídas pela própria burocracia de u'a máquina ainda desatualizada. Mas tudo isto é lealmente reconhecido pela própria administração e não são poucas as medidas adotadas para sua progressiva solução. Evidentemente a matéria se presta à discussão e à divergência de ordem pessoal. E os deveres de representação popular nos levam, por vezes, à necessidade de assinalar, nesse propósito construtivo, os aspectos mais delicados, aqueles que devem merecer prioritária atenção das áreas governamentais. Nesse sentido tive realmente ocasião de registrar, naquele parecer, o quanto me impressionava o fato da pressão tributária, em nosso País, figurar entre os maiores, dentre os países subdesenvolvidos. Neste ponto, Nobre Senador, o que permito-me manifestar é minha discordância relativamente a algumas observações de V. Ex.<sup>a</sup>, porque entendo que jamais poderíamos comparar a pressão tributária dos países desenvolvidos com a dos países subdesenvolvidos. Os primeiros têm encargos extremamente mais complexos, dentro os quais, notadamente os de natureza bélica, os decorrentes das tensões e da guerra fria internacional, os quais são profundamente onerosos ao erário público e que inexistem ou têm montante desprezível nos países subdesenvolvidos. Mas, como sabe V. Ex.<sup>a</sup>, há ainda a ponderar a circunstância de que o custo operacional da administração, nos países mais desenvolvidos, é sensivelmente

mais oneroso do que o dos países desenvolvidos, porque a administração pública geralmente opera no regime denominado de custos crescentes. Quanto maiores são as necessidades nacionais, quanto maiores são os deveres do Estado, quanto mais ampla é a gama de atribuições do Estado — e essas atribuições extraordinariamente extensas nos países desenvolvidos — tanto maiores, unitariamente, são os custos de execução dos respectivos serviços públicos. É natural, então, que a complexidade das funções gere correspondente complexidade administrativa, determinante, então, de maior pressão tributária. Mas, como nesses países existe mais generalizado poder aquisitivo, a pressão tributária é melhor suportada, mesmo em níveis mais altos, que nos países subdesenvolvidos, a níveis menores. Este, realmente, a meu ver, constitui aspecto delicado do nosso sistema tributário. E devo confessar que o Governo não ignora essa situação. O próprio Presidente da República, em suas mensagens, tem sido explícito ao declarar a necessidade de aperfeiçoamento do nosso sistema tributário, e o ilustre Ministro da Fazenda não tem negado injustiças da nossa distribuição de rendas. Recorde-me, ainda, de uma entrevista recente de S. Ex.<sup>a</sup> dizendo que não constitui nenhuma maravilha a nossa distribuição de renda. Mas é exatamente por isso que vem S. Ex.<sup>a</sup>, com descortino e perseverança, procurando imprimir nova sistemática à matéria. Hoje não mais ocorre a improvisação ou o empirismo na elaboração fiscal, que se procura definir dentro de um trabalho racional tendente a assegurar a eficiência da arrecadação, sem ofensa à justiça social e sempre atenta às necessidades maiores da comunidade. Com os meus agradecimentos pela oportunidade desse esclarecimento, provocado pela atenciosa referência feita ao meu parecer, mais uma vez me congratulo com V. Ex.<sup>a</sup> pela focalização, em termos construtivos, de tão relevante matéria.

O SR. JOSÉ SARNEY — Agradeço ao eminente mestre, Professor Carvalho Pinto, o aparte que acaba de dar-me e o reparo que S. Ex.<sup>a</sup> fez às desprezíveis palavras que estou pronunciando, apenas de um aluno de direito fiscal nos longes tempos da Faculdade de Direito, e não um cate-drático do assunto, como é S. Ex.<sup>a</sup> Mas mesmo assim, trouxe S. Ex.<sup>a</sup> ao debate um dado novo, de que realmente o Brasil está com uma carga tributária alta, ao nível dos países desenvolvidos, e, então, os termos de comparação são desproporcionais.

Aludiu S. Ex.<sup>a</sup> à carga tributária alta nos países desenvolvidos, pela necessidade que eles tinham do esforço bélico, do esforço de hegemonia internacional.

Quero dizer ao nobre Senador Carvalho Pinto que, nesse ponto, traz S. Ex.<sup>a</sup> ao debate, igualmente, um dos motivos pelos quais o povo brasileiro deve agradecer a esses tecnocratas referidos no discurso do nobre Senador Danton Jobim, pelo fato de haverem certamente interferido num setor, — o da reforma tributária, absolutamente técnico. E se há um serviço prestado ao Brasil foi o da reforma tributária feita no Brasil: a racionalização desse setor, a necessidade imediata de que o País tinha fome, de que esse setor fosse racionalizado, modernizado.

Era do conhecimento de todos o pandemônio dos impostos existentes no Brasil no sistema de tributação e de arrecadação, e devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que a baixa carga tributária dos países subdesenvolvidos é apontada pelos autores, tão bem compulsados por V. Ex.<sup>a</sup>, mestre neste setor, como consequência de não serem capazes de montar uma máquina de arrecadação eficiente, racionalizada, o que é próprio dos países subdesenvolvidos. Isto explica, Senador Carvalho Pinto, aquilo a que o Senador Danton Jobim aludiu: que em 1964 era de 23% e em 1966 passou a 29%. Aumentaram as alíquotas, no Brasil? Não. Foi necessário, apenas, que o Governo Revolucionário moralizasse a máquina tributária e arrecadadora, para que, funcionando bem, com as mesmas leis, se aumentasse a arrecadação.

Assim, quando comparamos o Brasil com os países desenvolvidos, não podemos fazer a distinção que V. Ex.<sup>a</sup> faz. Disse V. Ex.<sup>a</sup> que os países subdesenvolvidos não têm condições de arrecadar por causa da pobreza da máquina administrativa e do sistema político desorganizado, não podendo, portanto, dinamizarem a máquina fiscal, toda ela misturada de influências políticas, pessoais, por falta de recursos humanos. A que sabemos, era o que havia no Brasil.

Hoje, vimos aumentando a carga tributária sem fazer um mínimo de aumento das alíquotas, porque fomos capazes — e justiça se faça ao Governo — de montar neste setor, uma máquina e recursos humanos, aquela, racionalizada e modernizada, estes, competentes e preparados. O aumento é devido ao combate à sonegação. E a reforma foi feita, apesar de ser dito que não era para o Brasil. Estamos implantando e a levando a excelentes resultados. Dessa maneira, talvez pudéssemos fazer um reparo ao discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, quando faz a análise entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Realmente, temos uma carga tributária alta enquanto os outros países subdesenvolvidos têm-na baixa. Devemos dizer, com orgulho, que isto é porque o Brasil conseguiu, em pouco tempo, graças a uma boa organização e um esforço

conjunto, montar uma máquina arrecadadora eficiente e destinar seus impostos — o que é mais essencial — para os melhores fins possíveis. V. Ex.<sup>a</sup> ainda falou no problema da "guerra fria". Que felicidade, Senador Carvalho Pinto, poderemos, nós brasileiros, dizer que sobrecarregamos o Erário Público para abrir escolas e estradas, para salvar os que estão morrendo e não para fazer experiências com armas atômicas ou com a corrida armamentista. O argumento de V. Ex.<sup>a</sup> é um orgulho para nosso País, porque estamos fazendo um esforço de desenvolvimento, capaz de corrigir um erro que os países mais velhos não puderam corrigir. Nossos recursos não são para desenvolver as armas bélicas, no sentido de uma hegemonia mundial; eles vão para o combate à miséria, à pobreza, para diminuir os desníveis sociais. Isto é um orgulho, não para o Governo, mas para o povo brasileiro. O interessante neste debate é que o desejo é favorecer os mais pobres com a modificação do sistema tributário. Mas, a reclamação contra ele parte dos mais ricos, os citados pelo Sen. Jobim: FMI, Federação da Indústria etc.

O Sr. Carvalho Pinto — V. Ex.<sup>a</sup> me concede mais um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Ouço com todo prazer V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Carvalho Pinto — Apenas, nobre Senador, para esclarecer que estou inteiramente de acordo com V. Ex.<sup>a</sup>, quando assinala o sentido altamente meritório da destinação dos recursos auferidos pelo nosso Governo. Não entrei na apreciação das causas do nosso elevado índice tributário, apenas desejei fixar uma realidade e defender o exato alcance das minhas observações.

O SR. JOSÉ SARNEY — Mas V. Ex.<sup>a</sup> justificou que eles tinham de pagar mais porque tinham o encargo desse setor e que nós, de pagar menos porque não havia esse setor.

O Sr. Carvalho Pinto — Graças a Deus, não temos responsabilidades maiores desta natureza e podemos fazer convergir os recursos num sentido mais construtivo e mais humano. Na verdade, as despesas militares são uma das causas prevalentes da maior pressão tributária nos países desenvolvidos, porque são encargos extraordinariamente superiores às despesas de rotina, às despesas habituais de administração, ou limitadas ao plano elementar dos países subdesenvolvidos. Não entrei, nobre Senador, na análise das causas e, neste particular, posso estar, em certos pontos, de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> Uma das causas por exemplo da elevação da pressão tributária no País foi de fato a arrecadação mais eficiente.

O SR. JOSÉ SARNEY — Mas V. Ex.<sup>a</sup> diz que não posso comparar o Brasil aos Estados Unidos nem à França, porque eles têm maiores encargos. Não os temos à altura deles, mas os 10% também que têm maior que nós e os 10% que podemos ter a mais é muita honra para o povo brasileiro que esteja sendo destinada à guerra à pobreza e ao subdesenvolvimento. Graças a esse esforço é que o Brasil conseguiu os resultados obtidos. Não só aqui dentro, como fora daqui, tenho falado muito sobre a destinação do imposto; e aí, sim, é caso de todos nós, Senadores de vários Estados, discutirmos a melhor utilização dele. Não devemos pugnar para colocar o Brasil nos índices dos países subdesenvolvidos, em matéria da taxa de incidência de impostos — porque seria condenar o Brasil à volta ao passado, que ninguém mais aqui aceita, depois dos caminhos de desenvolvimento que o País passou a trilhar.

O Sr. Carvalho Pinto — V. Ex.<sup>a</sup> permite? Não quero interromper, por mais tempo, o discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, mas quero deixar bem claro que jamais esteve em meu pensamento condenar a aplicação dos recursos fiscais hauridos pelo Tesouro. Estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> quando se rejubila pelo fato de não termos necessidade de aplicar recursos em fins bélicos e poderemos fazê-los convergir para finalidades mais nobres e construtivas. Apenas constata uma realidade: entre os países subdesenvolvidos, o nosso é dos que apresentam mais altos índices de pressão tributária; e outra realidade por mim assinada e o fiz no exclusivo propósito de permitir maior precisão aos debates que ora se desenvolvem — é que não se pode comparar, pelas razões expostas, a carga nos países subdesenvolvidos com aquela dos países ainda em fase de desenvolvimento. Apenas isto, nobre Senador, o que, evidentemente, não elide as observações que V. Ex.<sup>a</sup> faz no tocante ao mérito da arrecadação. Quanto ao sentido construtivo e humano com que são aplicadas essas arrecadações, e quanto ao justificado motivo de orgulho que temos nós todos brasileiros, quando vemos o País adquirir novas dimensões, mercê exatamente dessa boa orientação administrativa não há qualquer discordância entre nós.

O SR. JOSÉ SARNEY — V. Ex.<sup>a</sup>, evidentemente, colocou o assunto sob esse ângulo, mas omitiu um dos dados mais importantes para o Governo brasileiro, nesses resultados alcançados. V. Ex.<sup>a</sup> admitiu pura e simplesmente, o despropósito da comparação da carga tributária com Produto Nacional Bruto, mas não disse que estamos com índices altos, além dos países subdesenvolvidos, pela eficiência do aparelho fiscal. V. Ex.<sup>a</sup> arrolou o

Brasil no setor dos subdesenvolvidos e aí ficou.

No Brasil, não houve aumento nas alíquotas.

E faz parte do programa do Governo a diminuição dessas taxas. Foi V. Ex.<sup>a</sup> mesmo, quem, no seu parecer disse que estavam começando a baixar. O Senador Danton Jobim e V. Ex.<sup>a</sup> concordou com ele colocou o Brasil entre os países subdesenvolvidos, para uma comparação, sem atentar que eles têm, no que respeita ao produto nacional, uma carga baixa porque não têm máquina administrativa e tributária capazes de manter os altos índices de arrecadação do Brasil. Dai porque foi possível, com a moralização e racionalização de máquina tributária, aumentar o volume da arrecadação que estamos utilizando da melhor maneira possível em benefício do País, sem aumentar os impostos. Outra afirmação inverídica é que os impostos cresceram mais que o PNB. Exemplo: carga tributária de 70 foi de 27%, de 71, de 27,5%. O aumento foi de 0,5 e o aumento do PNB de 11%. Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> já me advertiu de que eu devia terminar meu discurso.

O Sr. Filinto Müller — Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Com muita honra.

O Sr. Filinto Müller — Não desejava interrompê-lo e até pedi aos meus companheiros de Bancada que não apartassem. Mas V. Ex.<sup>a</sup> está terminando e quero, de público, congratular-me com V. Ex.<sup>a</sup> pelo notável discurso que está fazendo. V. Ex.<sup>a</sup> realmente respondeu cabalmente as críticas aqui formuladas pelo eminente Senador da Oposição e muito feliz de haver, no dia em que o nobre Senador Franco Montoro lançou a operação antiimpacto, declarando que nós aceitávamos o debate nesse terreno, porque estava sentindo que precisaríamos juntar os nossos argumentos para esclarecer exatamente os eminentes componentes da Oposição que, a meu ver, estavam desinformados. O discurso de V. Ex.<sup>a</sup> mostrou cabalmente que estavam desinformados. V. Ex.<sup>a</sup> está dando aqui uma verdadeira e notável lição que todos aplaudimos e recebemos com entusiasmo.

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado, eminente Líder.

O Sr. Franco Montoro — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Darei oportunamente o aparte a V. Ex.<sup>a</sup> V. Ex.<sup>a</sup> o Sen. Filinto Müller com a sua sinceridade política, com experiência e espírito público, imediatamente aceitou o debate, não pelos companheiros que pudesse escolher para tratar do assunto mas, sobretudo, eminente Lí-

der, porque, na realidade, para nós é extremamente conforatador participarmos de uma bancada em que podemos, com orgulho, defender esse programa de governo e o que está sendo feito neste setor, o que ninguém pode contestar.

É com absoluta satisfação que aceitei a incumbência de V. Ex.<sup>a</sup>, sobretudo porque o MDB trazendo esse assunto ao debate desta Casa e V. Ex.<sup>a</sup> o aceitando, estamos prestando um grande serviço a esta Nação; o País, no fundo, no confronto desse debate, poderá ficar mais orgulhoso de si mesmo — não o Governo, porque Governo somos todos nós — pois o País vai bem e caminhando a passos firmes. Não estamos num mar de rosas, mas na verdade não temos no horizonte a visão de nenhum caos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) (Fazendo soar a campainha.) — Lembro ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. JOSÉ SARNEY — Concedo agora o aparte, nobre Senador Franco Montoro.

O Sr. Franco Montoro — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> Serei brevíssimo. O aparte é apenas para dizer que me congratulo também com o tom elevado do debate que V. Ex.<sup>a</sup> continuou através de seu pronunciamento. Não vou estender o meu aparte, mesmo porque estou escrito para falar, em seguida. E para dizer também que não estamos tão desinformados quanto se alegou há pouco, porque vamos trazer alguns dados e perguntar, para que o debate se faça em torno de dados realmente objetivos. Acho que mais do que a ARENA e o MDB, ganha o Congresso com este debate em torno do problema de interesse fundamental para nossa população.

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado ao aparte de V. Ex.<sup>a</sup>

Mas, Sr. Presidente, devo dizer, para lembrar a Casa e de certo modo o povo brasileiro, que devemos ter orgulho de pertencermos a uma nação jovem, a um país que está apenas despertando para seu grande destino!

Este debate, por exemplo, foi extremamente elucidativo porque nele afloraram, através dos apartes que aqui me foram dados, alguns pontos que estavam esquecidos e que trouxeram esclarecimentos à Casa; sobretudo porque ele nos deu a visão de que o desenvolvimento econômico, que tem sido caracterizado em alguns países por processos extremamente desumanos, no Brasil é possível ser corrigido com a experiência dos outros e, sobretudo, quando temos oportunidade de verificar, como verificamos, que, se hoje tem uma alta carga tributária no povo brasileiro, essa carga tributária é destinada para abrir as

veredas do seu grande destino — e não como verificamos em outros países, em que esse dinheiro é destinado para que sirva à guerra, à poluição das armas, à construção de um mundo pior! No Brasil, graças a Deus, a reforma tributária e a alta incidência de impostos, se justifica quando se sabe que não é feita para ameaçar nem para massacrar, mas feita para salvar o homem, para que ele possa viver com dignidade no grande País que somos e seremos cada vez mais! (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

COMPARECERAM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Geraldo Mesquita — José Esteves — Milton Trindade — Alexandre Costa — Clodomir Milet — Fausto Castelo Branco — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Arnor de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Benjamin Farah — Gustavo Capanema — José Augusto — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Accioly Filho — Matos Leão — Ney Braga — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Terminada a hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1.

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 285, de 1972), do Projeto de Resolução n.º 38, de 1972, que autoriza a emissão pela Prefeitura Municipal de Jaú, Estado de São Paulo, de quaisquer obrigações, até o limite de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para garantir uma operação de empréstimo junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S.A.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas nem requerimentos no sentido de que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E o seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Resolução n.º 38, de 1972.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso

VI, da Constituição, e eu, .....  
....., Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO**  
N.º , de 1972

**Autoriza a emissão pela Prefeitura Municipal de Jaú, Estado de São Paulo, de quaisquer obrigações, até o limite de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para garantir uma operação de empréstimo junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S/A.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É suspensa a proibição constante do art. 1.º da Resolução n.º 58, de 1968, revigorada pela de n.º 79, de 1970, ambas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Jaú, Estado de São Paulo, emita quaisquer obrigações até o limite de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), com a finalidade de garantir uma operação de empréstimo junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S/A, destinada a indenizar a FEPASA — Ferrovias Paulistas S/A, pela desapropriação amigável de uma casa, o prédio da Estação Velha, dois armazéns e áreas de terras de 75.332,48 m², parte do acervo ferroviário da ex-Cia. Paulista de Estradas de Ferro, localizado naquela Municipalidade.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)**

**Item 2**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 26, de 1972 (n.º 811-B/72, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a isenção do imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores de fabricação nacional, tendo

**PARECERES FAVORÁVEIS**, sob n.ºs 281 e 282, de 1972, das Comissões

— de Relações Exteriores; e  
— de Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discuti-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
N.º 26, de 1972

(N.º 811-B/72, na Casa de origem)

(DE INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA)

**Dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados na aquisição de veículos automotores de fabricação nacional.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os funcionários das Missões diplomáticas acreditadas junto ao Governo brasileiro, aos quais seja reconhecida a qualidade diplomática, que não sejam de nacionalidade brasileira e nem tenham residência permanente no País, poderão adquirir, por solicitação feita ao Ministério das Relações Exteriores, com isenção do imposto sobre produtos industrializados, um veículo de fabricação nacional, sem prejuízo dos direitos que lhes são assegurados pelos artigos 15 e 161 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, ressalvado o princípio de reciprocidade de tratamento.

§ 1.º Os funcionários administrativos e técnicos das referidas Missões diplomáticas, que já se encontrem no Brasil e satisfaçam os requisitos de nacionalidade e residência previstos no presente artigo, poderão, mediante reciprocidade de tratamento, e até seis meses após a publicação desta lei, adquirir um veículo automotor de fabricação nacional com isenção do imposto sobre produtos industrializados, desde que ainda não tenham gozado de favor fiscal para importação ou compra de automóvel.

§ 2.º O prazo de seis meses mencionado no parágrafo anterior poderá ser estendido, excepcionalmente e por igual período, desde que, a juízo do Ministério das Relações Exteriores, haja razões que o justifiquem.

Art. 2.º Quanto ao ressarcimento, pelo produtor, do tributo relativo às matérias-primas intermediárias, aplicar-se-á a norma do art. 7.º, § 1.º, da Lei n.º 4.502, de 30 de novembro de 1964.

Art. 3.º O imposto sobre produtos industrializados será cobrado na forma do art. 26 do Decreto-lei n.º 37, se a propriedade ou o uso do veículo for transferido antes de um ano, a pessoa ou entidade que não goze do mesmo tratamento fiscal.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)**

**Item 3**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 40, de

1972 (apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 283, de 1972), que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, operação de financiamento externo destinado a cobrir a aquisição de anéis de seguimento para revestimento de túneis do trecho 3 da linha prioritária norte-sul do Metropolitano, tendo

**PARECERES**, sob n.º 284, de 1972, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A matéria irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**  
N.º 40, de 1972

**Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, operação de financiamento externo destinado a cobrir a aquisição de anéis de seguimento para revestimento dos túneis do trecho 3 da linha prioritária norte-sul do Metropolitano.**

Art. 1.º É a Prefeitura do Município de São Paulo autorizada a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, operação de financiamento externo contratado com um grupo de 3 bancos estrangeiros, liderados por Samuel Montagu & Co. Ltda., de Londres, Inglaterra, no montante de ..... US\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil dólares), de principal, destinados a cobrir a aquisição de anéis de seguimento para revestimento dos túneis do trecho 3 da linha prioritária norte-sul do Metropolitano Paulista.

Art. 2.º A operação de financiamento externo realizar-se-á, nos moldes e termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, à taxa de juros, despesas operacionais, acréscimos, prazos e demais condições admitidas pelo Banco Central do Brasil para registro de financiamento da espécie



obtidos no exterior, obedecidas as demais exigências dos demais órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal, inclusive quanto ao aval a ser prestado através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE, em nome do Tesouro Nacional, e, ainda, o disposto na Lei Municipal n.º 7.676, de 8 de dezembro de 1971, publicada no **Diário Oficial do Município de São Paulo** do dia 9 de dezembro de 1971.

Art. 3.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Está finda a matéria constante da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro, que falará em nome de Liderança do MDB, conforme requerimento sobre a Mesa.

**O SR. FRANCO MONTORO** — (Em nome da Liderança, pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente. Srs. Senadores, desejo congratular-me com os nobres Senadores José Sarney, Carvalho Pinto, Filinto Müller e Eurico Rezende, que participaram, ao lado de representantes do MDB, do debate sobre um dos aspectos da distribuição de renda no Brasil.

Esse debate tem a grande finalidade, e terá seguramente essa consequência, de fazer com que, de uma forma mais viva, o Congresso Nacional se integre na crítica ou na defesa que se faz ao Governo em torno desses pontos fundamentais.

O MDB não inventou nem criou dados novos; trouxe ao debate estudos realizados por economistas, sociólogos, juristas, professores de nossas escolas superiores; por estudiosos, cientistas, sociólogos, estadistas de outras partes do mundo, para que o Congresso debata essa matéria.

O problema que colocamos em debate é o da distribuição da renda nacional, que, ao nosso ver, é fundamental. É comum elogiar-se a situação brasileira, com referência ao aumento do Produto Nacional Bruto ou à elevação de renda per capita.

Esses dados são citados a cada momento. O que sustenta o MDB é que esse dado é apenas setorial. Ao lado do Produto Nacional, que sobe, ao lado da renda per capita, que pode subir em média, há outros aspectos, a nosso ver fundamentais. Não basta que o País esteja mais rico. É preciso que essa riqueza se distribua melhor. Para dar ordem ao debate, o MDB colocou, na distribuição do tema entre os seus representantes, quatro perguntas que atendem aos aspectos fundamentais do problema. O produto aumentou; o bolo é maior. Primeira: qual está sendo a fatia de cada classe, de cada camada da população, es-

pecialmente da família trabalhadora? Segunda: qual está sendo a camada de cada setor da economia, especialmente da agricultura? Terceira: qual está sendo a fatia de cada Região do País, especialmente do Nordeste? E, finalmente, qual o tamanho da fatia que está sendo, direta ou indiretamente, próxima ou remotamente, dirigida ao exterior? Este, o problema.

O nobre Senador Danton Jobim focalizou um dos aspectos do problema, ou seja, o da tributação. Hoje, com o brilho com que costuma fazer seus pronunciamentos, o ilustre Senador José Sarney a ele se referiu, e também ao tema geral, afirmando que o problema da concentração de rendas é uma consequência necessária do desenvolvimento.

São os dois temas colocados no nosso debate de hoje, aos quais queremos dar resposta imediata, deixando ao nobre Senador Danton Jobim a análise do discurso do ilustre José Sarney, a fim de que o debate prossiga.

A matéria é muito complexa para ser resolvida em poucos apartes. Outro, porém, afirmar, Sr. Presidente, que a tese fundamental permaneceu de pé, isto é, não apenas é alta a carga tributária brasileira mas, o que é grave, a maior parte dessa carga está recaindo sobre aqueles que menos podem suportá-la.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Consente-me V. Ex.ª um aparte?

**O Sr. Franco Montoro** — Com prazer.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Senador Franco Montoro, quero crer que o entendimento aqui expresso pelo nobre Senador da ARENA é o de que a concentração de renda não é necessária mas, sim, uma consequência do desenvolvimento. De outro lado, quando V. Ex.ª coloca o fato em termos amplos, abrangendo governos do pretérito e governos da Revolução, o fez muito bem, isto porque lembra V. Ex.ª que antes da existência do Decreto-lei n.º 157, o reinvestimento era punido no Brasil. Sabe V. Ex.ª que pelo art. 83 da Lei n.º 3.470, ou seja, o antigo Regulamento do Imposto de Renda, a pessoa jurídica que não distribuía os lucros e os levava à Conta de Lucros Suspensos, pagava, inicialmente, 4% para fazê-lo e, 15% para levá-los à Conta de Capital. Então, além da tributação da alíquota normal, punia-se a pessoa jurídica, no Imposto de Renda, com mais 19%, pelo pecado do reinvestimento. E o que fez a Revolução? — Eliminou o art. 83, os 15%; eliminou o art. 100, os 4%. E fez mais: baixou o Decreto-lei n.º 157, para que, como parte dos lucros, como parte do imposto líquido a pagar, se fomentasse no Brasil o investimento e se aumentasse o mercado de capitais. V. Ex.ª foi muito feliz quando deu aquela colocação. Há de se fazer jus-

tiça, não há como negar: o esforço para a moralização da máquina arrecadadora tem sido despendido como nunca no Brasil. Lembro a V. Ex.ª, a fim de embasar a tese do Sen.ºr José Sarney, que em 1964, ano-base 1963, 14.400 pessoas físicas pagaram Imposto de Renda na Guanabara. Veja V. Ex.ª o absurdo da estatística: .... 14.400 pessoas foram tributadas com o Imposto de Renda, como pessoas físicas, na Guanabara. É o caso de se indagar: existiria de fato só esse número de pessoas para serem tributadas? Sabe V. Ex.ª que não. No entanto, hoje — e poderia dar-me ao trabalho de trazer, oportunamente a V. Ex.ª a multiplicação que houve, decorrente da moralização — hoje, ou seja, de 1964 para cá, quantas vezes foi multiplicado o número desses contribuintes na Guanabara? Estas, as observações que queria trazer ao debate, a fim de que V. Ex.ª, que busca como vem afirmando, esclarecimentos e justiça, pudesse atentar para o quanto se tem feito nos últimos anos para haver uma tributação, sobretudo se tenta, tanto quanto possível, uma equânime distribuição de renda neste País.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Agradeço o aparte de V. Ex.ª, que refere a uma medida que entretanto, não elide, a conclusão aqui trazida e constantemente expressamente do Parecer do Senado à Lei Orçamentária de 1972 — a preocupação com a predominância dos impostos indiretos na arrecadação nacional — as classes de renda mais alta estão sendo subtributadas. Mais ainda: o elevado montante das contribuições sociais e trabalhistas reforçam a injusta pressão sobre as classes menos favorecidas. Foi reconhecido pelo Senado. É a verdade. É distinção para a qual pediria a atenção do debate. Não é apenas a carga tributária que é pesada. Essa carga é predominantemente constituída de tributos indiretos, não do tributo direto que recai diretamente sobre aquele que mais tem, mas do tributo indireto, aquele que é pago por toda a população igualmente. Quando se compra um maço de cigarros ou uma caixa de fósforos, paga-se o mesmo imposto, seja um multimilionário, seja um homem que recebe salário-mínimo. Como os multimilionários são poucos e os homens do salário-mínimo, milhões, o imposto acaba sendo pago efetivamente, em sua maior parte, por aqueles que menos têm. Aliás, não é novidade. Esta é distinção fundamental e básica dentro do Direito Tributário, a distinção entre os dois impostos e a afirmação pacífica de que o imposto indireto possui caráter anti-social, o predomínio do imposto indireto representa uma injustiça social. Por isto tivemos no Brasil, inclusive em textos constitucionais, a indicação de que era preciso substituir os impostos indiretos pelos diretos, fazendo com que aqueles que mais po-



dem mais paguem, e aqueles que menos podem paguem menos, ou aqueles que não podem não paguem. Este, um princípio de justiça distributiva, pacificamente reconhecida em todos os autores, e é este o ponto central do debate, no Brasil, hoje, não excluimos os governos de ontem, mas vamos discutir os governos de hoje.

O nosso objetivo é que medidas sejam tomadas para modificar a situação, combater aqueles pontos que agravam o problema. Não vamos fugir ao problema discutindo leis aprovadas ou revogadas há dez, vinte ou trinta anos atrás. Interessa-nos a situação hoje:

Tem V. Ex.<sup>as</sup>, de antemão, o nosso reconhecimento tranqüilo de que grande parte desses desvios não nasceram hoje, nem com o Governo do Presidente Médici, nem com o Governo Costa e Silva, nem com o Governo Castello Branco, nem com a Revolução de 64; nem sequer com qualquer dos governos anteriores. É uma tendência contra a qual é necessário lutar; este o sentido fundamental do debate aqui travado.

Ouçó, com prazer, os apartes já solicitados pelos Senadores Eurico Rezende e José Sarney.

**O Sr. Eurico Rezende** — O eminente Senador José Sarney deve ter preferência porque S. Ex.<sup>a</sup> é hoje o cateórico, e digo isso com sinceridade, da réplica ao antiimpacto do MDB.

**O Sr. José Sarney** — V. Ex.<sup>a</sup> tem toda as preferências, porque eu sei há pouco da tribuna.

**O Sr. Eurico Rezende** — Senador Franco Montoro, V. Ex.<sup>a</sup> fez referência a um documento que estabelece um conceito e disse que esse é o ponto de vista do Senado da República.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Referi-me ao parecer sobre a Lei orçamentária para o exercício, de 72, por nós aprovado.

**O Sr. Eurico Rezende** — Sim, V. Ex.<sup>a</sup> é mais velho do que a Sé de Braga. No Congresso, V. Ex.<sup>a</sup> sabe perfeitamente, um parecer é aprovado nos termos das suas conclusões.

**O SR. FRANCO MONTORO** — De pleno acordo.

**O Sr. Eurico Rezende** — Então, V. Ex.<sup>a</sup> deve, preliminarmente, com a elegância parlamentar que o caracteriza, e a isenção que festeja a sua personalidade, retificar...

**O SR. FRANCO MONTORO** — ...mas é parecer do Senado.

**O Sr. Eurico Rezende** — É uma passagem do parecer.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Está certo.

**O Sr. Eurico Rezende** — É um ângulo do parecer. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que se

fizemos uma pesquisa aqui e recrutarmos frases isoladas, vamos encontrar pareceres assinados por V. Ex.<sup>a</sup>, naturalmente aprovadas as conclusões, que colocariam V. Ex.<sup>a</sup> como arenista.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Acho difícil. Se V. Ex.<sup>a</sup> encontrar, eu contestarei.

**O Sr. Eurico Rezende** — Na técnica legislativa, aprova-se um parecer pelas suas conclusões, porque, senão, haveria uma confusão política tremenda nesta Casa: gente da ARENA com opinião do MDB, gente do MDB com opinião da ARENA; que, aliás, é a mesma coisa, porque sendo os partidos feitos por decreto, temos a mesma origem, e a questão de MDB e ARENA é uma questão temperamental. A ARENA tem mais paciência em esperar a solução integral dos nossos problemas. O MDB tem menos paciência, mas no fim somos dois períodos separados apenas por uma vírgula harmoniosa. Bem colocada a questão neste ponto, quer-me parecer que há aí, não digo uma chuva, há um orvalho no molhado. O Governo reconhece, e V. Ex.<sup>a</sup> não precisa repetir nem enfatizar esta verdade, que a carga tributária brasileira não é baixa, embora não seja excessiva. Isto é reconhecido em todos os documentos públicos deste País. Outra verdade, o Governo tudo tem feito para reduzir a carga tributária. E qual a primeira providência que tomou? Não se verificou aumento tributário. V. Ex.<sup>a</sup> há muito tempo, não tem notícia de majoração tributária.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Todos os dias. Acabo de receber uma notificação, e V. Ex.<sup>a</sup>, em todos os momentos, vê aumento de impostos.

**O SR. EURICO REZENDE** — Não. É o volume de negócio que aumenta o giro comercial.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Não. É a taxação que é cruel. E além disso, sabe V. Ex.<sup>a</sup>, que todos esses encargos, soi-disant, esses benefícios, por exemplo, o Plano de Integração Social, com os quais o Governo enche a boca, em cada solenidade, significa aumento de carga tributária.

**O Sr. Eurico Rezende** — Não, Excelência. O aumento é para o Governo. O Governo é que transfere para o PIS. Ele renuncia a uma ponderável parcela da sua arrecadação tributária. V. Ex.<sup>a</sup> não está equivocando, V. Ex.<sup>a</sup> está sendo injusto.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Talvez esteja sendo injusto. Mas o equivoco é de V. Ex.<sup>a</sup>. O PIS é constituído em parte, com essa parcela do Imposto de Renda da qual o Governo abre mão, mas vai tirar de outro lugar, pois a despesa continua a mesma. E, a segunda, é a porcentagem do faturamento. V. Ex.<sup>a</sup>,

acha que essa porcentagem do faturamento é paga pela empresa sem que vá entrar no custo da produção? Quem está pagando isto é a população.

**O Sr. Eurico Rezende** — Permite V. Ex.<sup>a</sup>?

**O Sr. Ruy Carneiro** — V. Ex.<sup>a</sup>, tem apenas 20 minutos para proferir o seu discurso.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O Sr. Eurico Rezende** — Compreendo a impaciência do nobre Senador Ruy Carneiro, principalmente depois do que ocorreu em Campina Grande. (Risos) Serei breve no meu aparte. Estou estranhando V. Ex.<sup>a</sup>. Estou achando, até que V. Ex.<sup>a</sup>, em termos de coerência, está irreconhecível, como um sujeito que fosse passível de um desastre na Central do Brasil.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Isto são adjetivos. Vamos ao concreto.

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Ex.<sup>a</sup> cai em contradição porque reivindica melhor distribuição de renda e precisamente o instrumento mais vigoroso, até hoje, de distribuição de renda foi o PIS. Em segundo lugar, V. Ex.<sup>a</sup> vai me permitir, e serei breve, dizer que o PIS é o atendimento, sem baderna nas ruas e sem agitação nos campos, daquilo que V. Ex.<sup>a</sup> sempre reivindicou a participação dos empregados no lucro das empresas. O que fez o Governo? Deu essa participação, não só no lucro mas também no faturamento. É, portanto, um instrumento vigoroso de distribuição de renda, e distribuição específica, da classe média para baixo.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Não, Excelência.

**O Sr. Eurico Rezende** — Por isso digo que V. Ex.<sup>a</sup> está irreconhecível.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Com adjetivos V. Ex.<sup>a</sup> não diz nada. Quero que me aponte quem é que recebeu um tostão do PIS até hoje.

**O Sr. Eurico Rezende** — Já estão recebendo e V. Ex.<sup>a</sup> tem disso certeza.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Já estão recebendo?

**O Sr. Eurico Rezende** — Indiretamente.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Ah! Indiretamente.

**O Sr. Eurico Rezende** — Saiba V. Ex.<sup>a</sup> que o Ministro Delfim Netto já declarou e isto é a verdade.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Quero saber quantos cruzeiros recebeu um trabalhador do Brasil. Aponte-me

V. Ex.<sup>a</sup> um só que tenha recebido do PIS.

(Trocaram-se apertes simultâneos)

**O Sr. Eurico Rezende** — O sistema será executado a partir de junho deste ano, Excelência. Por isso digo que é a impaciência do MDB o que nos distingue.

**O SR. FRANCO MONTORO** — O PIS surgiu de um dos grandes impactos: o Presidente da República foi ao Nordeste e disse que viu miséria que não podia continuar; eram necessárias medidas para corrigir a situação iníqua.

Dias depois, reúne-se o Ministério e, diante das câmaras das estações de televisão, cuja transmissões foram interrompidas para serem colocadas em cadeia: o Presidente da República anunciava que iria ser enviado ao Congresso Nacional uma medida que iria estabelecer o princípio da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas — era o princípio da justiça social.

As manchetes dos jornais aclamaram aquelas medidas, e pediam que fossem imediatas. Isso foi em 1968 ou 1969.

**O Sr. Eurico Rezende** — O trabalhador brasileiro está sendo beneficiado com a medida.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Meu prezado Senador Eurico Rezende, fome se corrige com comida, não com promessa. Aquela medida foi prometida em 1968 ou 1969. Estamos em 1972. Nós previmos essa situação quando se iniciaram os debates.

**O Sr. Ruy Santos** — Está em vigência desde 1970.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Setembro de 1970.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Se é essa a participação na renda, que V. Ex.<sup>a</sup> sustenta a sua defesa, tem de confessar que não houve, realmente, participação.

**O Sr. Eurico Rezende** — Há, Ex.<sup>a</sup>

**O SR. FRANCO MONTORO** — Essa não é matéria opinativa; é matéria de fato: nenhum trabalhador brasileiro, até hoje, recebeu um centavo.

**O Sr. Ruy Santos** — Mas vai receber.

**O SR. EURICO REZENDE** — O que são, nobre Senador, dois ou três anos na vida de um país?

**O SR. FRANCO MONTORO** — Os trabalhadores receberão juros e correção monetária da importância depositada.

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Ex.<sup>a</sup> é contra o PIS?

**O SR. FRANCO MONTORO** — O PIS, nobre Senador Eurico Rezende, é um "Plano de Tapeação Social".

**O Sr. Eurico Rezende** — Essa é uma afirmação temerária de V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Benedito Ferreira** — E é uma lei que foi, inclusive, votada por V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. FRANCO MONTORO** — O fato concreto está aí: o PIS, aprovado para matar a fome dos trabalhadores que estavam morrendo de fome. O Presidente dizia: "Vejo homens comendo arroz sem sal na terra das salinas", e exigia uma solução. Veio o PIS. Passam-se três ou quatro anos.

Sabem o que aconteceu com o PIS, nobres Senadores? Vou informar aos que não estão informados. Ele deveria fazer, agora, a distribuição dos juros e correção monetária. Mas é tão insignificante essa importância — não chega a Cr\$ 10,00 por ano — para o trabalhador, que o Governo resolveu, através de Portaria, contrariando aliás uma lei complementar, adiar". Este ano não se distribui nada". No próximo ano vai-se distribuir o que? Vai-se distribuir o juro. No lugar de Cr\$ 10,00, vai receber Cr\$ 18,00 ou Cr\$ 20,00.

Será que esta é a forma de se fazer justiça social? Será que isto corresponde ao cumprimento do preceito constitucional que determina que o trabalhador tenha direito de participar dos lucros e até na gestão, pelo menos em alguns casos, da empresa?

Positivamente o PIS não ajudou o trabalhador até este momento, enquanto ficamos com os pés no chão olhando os fatos e não as promessas. O PIS até agora serviu de zero para o trabalhador. Serviu de zero porque ele não recebeu um centavo, enquanto ao Governo serviu de propaganda nacional e internacional.

O Ministro do Trabalho foi a Genebra e declarou: "O trabalhador brasileiro que já tem o 13.<sup>o</sup> salário, vai contar com o 14.<sup>o</sup> salário."

**O Sr. Eurico Rezende** — E vai, Excelência! E vai contar com o 13.<sup>o</sup>, com o 14.<sup>o</sup> e sem demagogia desenfreada que se desenvolvia no passado.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Palavras, Excelência. Vamos ver os fatos. Até agora, zero. Esta é a verdade!

**O Sr. José Sarney** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO** — Com prazer, Senador.

**O Sr. José Sarney** — Acho até que meu aparte vai dar a oportunidade de trazer um pouco de tranquilidade ao ambiente. Mas, quero voltar ao tema inicial, já que V. Ex.<sup>a</sup> me fez chamar à colação. V. Ex.<sup>a</sup> teve oportunidade de dizer que há, no sis-

tema de tributação brasileiro, uma predominância de injustiça em relação à tributação. Tive oportunidade de dizer, em resposta ao aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, que não há nenhum dado sobre a estrutura da carga tributária de impostos indiretos pelos diversos grupos sociais. Não há nenhum estudo — porque tive oportunidade de consultar — nada existe a respeito; logo, a afirmativa de V. Ex.<sup>a</sup> é exclusivamente pessoal. Em segundo lugar, quanto à diminuição dos impostos, V. Ex.<sup>a</sup> sabe que a alíquota do ICM já está sendo reduzida, e não há aumento de alíquota. Isto também é verdade. Em terceiro lugar, acho que uma das coisas que me tem causado, hoje à tarde, certa estranheza é o fato de se falar muito que o pagamento dos impostos recaí sobre os pobres. Mas todas as citações de reclamações aqui feitas contra a alta incidência de impostos não provêm de nenhum pobre, só dos ricos. É algo que tenho estranhado. É o que o MDB nos trouxe, e nobre Senador Franco Montoro reiteradamente tem citado no seu discurso. Quem reclama contra os dados é o Presidente da Federação das Indústrias, que não pode ser evidentemente um representante dos pobres, e o Fundo Monetário Internacional. Isso me tem causado certa espécie, repito. Na realidade, os pobres é que estão sendo tributados, mas quem reclama contra a incidência são os ricos!

**O SR. FRANCO MONTORO** — V. Ex.<sup>a</sup> está querendo fazer algo de efeito.

**O Sr. José Sarney** — Estou apenas respondendo ao aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, que falou que cada vez mais os pobres são sacrificados.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Exato! Posso, aliás, colocar à disposição de V. Ex.<sup>a</sup> o relatório da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito. São os bancários.

**O Sr. José Sarney** — Pode V. Ex.<sup>a</sup> dar-me o nível de renda desses trabalhadores das empresas de crédito, se eles estão naquela faixa a que V. Ex.<sup>a</sup> aludiu?

**O SR. FRANCO MONTORO** — Não fuja ao assunto!

**O Sr. José Sarney** — V. Ex.<sup>a</sup> tem que dar, porque aí são os que estão reclamando, mas quanto a esses, garanto a V. Ex.<sup>a</sup>, a grande reclamação no Brasil é justamente contra o Imposto de Renda. O problema do MDB é aumentar. Está implícito na defesa que V. Ex.<sup>a</sup> faz. Aumentar o Imposto de Renda e o Imposto sobre a Propriedade, e diminuir o ICM e o IPI. Esse, parece, o fecho da filosofia encarnada como mudança na política tributária do Governo. Assim, primeiro queria ver as estatísticas de renda desses, porque tenho a

impressão de que, no fundo, o programa do MDB é aumentar o Imposto de Renda, no Brasil, que todos achamos, e o Governo também acha, deveria ser reduzido porque realmente começa a ser pesado. O próprio Governo reconhece isto. Chega a ter taxas de 50%; V. Ex.<sup>a</sup> está reclamando o quê? Aumentar o Imposto de Renda.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Poderia dar os 50% para os incentivos fiscais.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Senador Ruy Santos, tem o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>. O assunto de V. Ex.<sup>a</sup> é o mesmo?

**O Sr. Ruy Santos** — Acho que iria responder por V. Ex.<sup>a</sup>.

**O Sr. José Sarney** — V. Ex.<sup>a</sup> falou que no Brasil o rico e o pobre pagam o mesmo imposto por uma carteira de cigarros. Então acredito que V. Ex.<sup>a</sup> quer fazer um sistema de discriminação: cigarros para ricos e cigarros para pobres. Tenho certeza de que o rico acabaria comprando cigarro para pobres e o pobre, cigarros para ricos. V. Ex.<sup>a</sup> quer fazer no Brasil um sistema de segregação em matéria de compra e venda de produtos. Acho realmente que é uma solução nova e que deve ser estudada...

**O SR. FRANCO MONTORO** — Esta solução é tradicional. Há produtos de consumo popular que são taxados mais levemente, e aqueles de luxo, com taxas maiores.

**O Sr. José Sarney** — O cigarro, no caso? V. Ex.<sup>a</sup> aludiu ao cigarro, e estou falando do exemplo de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. FRANCO MONTORO** — Ouco o aparte, e em seguida responderei em conjunto.

**O Sr. Ruy Santos** — Não entro nos fósforos porque uso isqueiro. (Risos.)

**O SR. FRANCO MONTORO** — E o petróleo é nosso...

**O Sr. Ruy Santos** — V. Ex.<sup>a</sup> se referiu a um relatório dos bancários. V. Ex.<sup>a</sup> escolheu entre os trabalhadores o pior grupo para a alegação. Os bancários, além do 13.º salário têm, se não me falha a memória...

**O SR. FRANCO MONTORO** — Todos têm o 13.º salário.

**O Sr. Ruy Santos** — O 13.º salário todos têm, mas, se não me falha a memória, os bancários têm, no primeiro semestre, um salário, e, no fim do segundo, outro. Os bancários têm, então, 15 salários ao invés de 13, como o resto dos trabalhadores. Mas V. Ex.<sup>a</sup> está tão infeliz e V. Ex.<sup>a</sup> não tome isso como desprezo, pois sabe a simpatia que lhe tenho — está tão infeliz na sua argumentação...

**O SR. FRANCO MONTORO** — É uma questão de ponto-de-vista.

**O Sr. Ruy Santos** — ... que V. Ex.<sup>a</sup> disse que o Presidente Médici, quando foi ao Nordeste, fez o PIS, em 68-69.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Não fez o PIS quando foi ao Nordeste, foi depois de ter ido ao Nordeste e ao Rio Grande do Sul.

**O Sr. Ruy Santos** — Depois, quando veio, reuniu a televisão etc. A seca do Nordeste, Excelência, foi em 1970. De maneira que o PIS não podia ter sido feito nem em 1969.

**O Sr. Eurico Rezende** — É a impaciência do Senador Franco Montoro!

**O SR. FRANCO MONTORO** — O que interessa é o fato.

**O Sr. Ruy Santos** — V. Ex.<sup>a</sup> tem a preocupação de argumentar que apesar de o PIS ter sido feito em 68-69...

(Cruzam-se apartes)

**O Sr. Eurico Rezende** — Só beterraba é que dá antes de dois anos. O PIS não pode produzir resultados plenos ainda na infância.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Por isso mesmo ainda não era a solução para o problema da fome. A data, 69 ou 70, não tem muita importância. Surgiu depois de o Presidente ir ao Nordeste e ao Sul e revelado ao País o seu protesto e a sua inconformidade com as misérias encontradas. E buscou uma solução de justiça social. Ai é que veio o PIS. A data não interessa.

**O Sr. Ruy Santos** — Esse PIS está doendo em V. Ex.<sup>a</sup> e há de doer muito mais ainda.

**O Sr. Eurico Rezende** — O nobre Senador Franco Montoro está estarelecendo a Nação, colocando-se numa posição negativa em relação ao PIS; é um estarelecimento, porque o PIS é um dos instrumentos legais mais aplaudidos no Brasil e no mundo todo. Eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que escolhesse um candidato a vereador em São Paulo e que o programa dele fosse o de acabar com o PIS. Aguarde V. Ex.<sup>a</sup> o resultado.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Eu dou a resposta a V. Ex.<sup>a</sup>: depois do PIS, houve a eleição; apresentamos não um candidato a vereador, mas a Senador.

**O Sr. Eurico Rezende** — Mas V. Ex.<sup>a</sup> não combateu o PIS. Não li nos jornais, nem vi na televisão, nem ouvi nos rádios nenhum combate de V. Ex.<sup>a</sup> ao PIS.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me assegure a palavra, para que possa, pelo menos, responder aos apartes. O nobre Senador Eurico Rezende negou o que se passou em São Paulo. Posso trazer a S. Ex.<sup>a</sup> os video-tapes, se ainda estão gravados, e mostrar-lhe os gráficos que fiz, onde se vê

que um dos argumentos de minha campanha foi precisamente este. Ape-nas eu lá argumentava com a possibilidade, dizia, de que só em fins de 1972 é que se receberia. Eu fui cauteloso demais; estamos em fins de 1972 e nem em 72 se recebeu. Isto foi dito com todas as letras. Posso dar a V. Ex.<sup>a</sup>, se quiser, cópias de páginas de jornais em que estão minhas entrevistas; e quando ia à televisão, mostrava, precisamente, isto. Hoje aqui há uma idéia de que a custo de propaganda se fazem intensamente, todos se convencem disso. Estão certos de que o trabalhador brasileiro está satisfeitiíssimo, vivendo uma posição excelente, aplaudindo o Governo. Citam inclusive o resultado das eleições. Eu, por exemplo, tive dois milhões de votos. Fui o mais votado em São Paulo, porém mais votado do que eu, foi aquele que estava contra o Governo, de forma mais violenta. Refiro-me aos votos em branco.

Muitos não votaram nos nossos candidatos, porque acharam que o MDB não é uma posição suficientemente forte. Foi mais da metade do eleitorado.

A finalidade do debate é fazer com que abramos os olhos. Façamos no PIS, dizendo que é apenas, uma promessa depois de três anos.

Tem servido, isto sim, para o governo manejar estas importâncias, para aumentar o giro das empresas, para pagar na bolsa, que estava caindo e usou o PIS. O trabalhador, até agora não recebeu nada, absolutamente nada.

Perguntou-se, há pouco, qual a medida que poderia ter influenciado esta situação. Ora, todos os nobres Senadores, ou quase todos, disseram contraditoriamente que o próprio Governo reconhece que há má distribuição de renda, e então concordam com a nossa tese.

Na realidade, concordem ou não, o fato é que a má distribuição da renda nacional é um fato. Consequência necessária do desenvolvimento? No modelo escolhido pelo Brasil, mas não necessariamente. Quando responderem ao nosso discurso dever-se-á examinar este aspecto.

Mas o que é mais grave, Sr. Presidente, é que, reconhecendo, como o Governo reconhece, o Ministro Delfim Netto, por exemplo, convocado para fazer uma palestra na Escola Superior de Guerra, sobre um tema, tenha dito: vou discutir o tema da distribuição da renda, tirando o prato da Oposição, porque, num jogo político muito hábil, declarou, expressamente, que o Governo reconhecia a má distribuição de renda nacional. Este fato é reconhecido pelas altas autoridades do Governo. Não se trata aqui de jogar pedras sobre este ou aquele Go-

verno, mas tomar medidas para corrigir uma situação, que está errada. O que nós vemos? A má distribuição de renda que se caracteriza, fundamentalmente, pelo problema da imensa maioria da população brasileira, 67%, de acordo com o censo estatístico publicado pelo Ministério do Planejamento, nos seus dados preliminares, um volume que muitos Srs. Senadores possuem, estabelecendo-se lá as várias faixas de população, para chegar-se ao seguinte resultado: 67% da população vivem na faixa ou abaixo do salário-mínimo. E quanto é esse salário-mínimo? É Cr\$ 268,80. É o maior salário-mínimo do Brasil. Cerca de 70% da população está numa faixa igual ou inferior a isto. Quem o afirma é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com base não em estimativas, mas no censo que custou milhões ao Governo...

**O Sr. Eurico Rezende** — Censo de que ano?

**O SR. FRANCO MONTORO** — O Censo de 1970...

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Ex.<sup>a</sup> deve convir que há erros, que há enfermidades. V. Ex.<sup>a</sup> não deseja conceder-me o aparte!

**O SR. FRANCO MONTORO** — Eu desejo concluir o meu argumento e depois concederei a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

O fato objetivo é este. Naquele tempo o salário-mínimo era inferior. Estamos fazendo a transposição. Naquele tempo seria menor. Hoje seria de 268,80, o que dá, nos termos da lei, Cr\$ 62,00 para o aluguel da casa; Cr\$ 124,00, por mês, para a alimentação; Cr\$ 32,00 para compra de roupa; Cr\$ 15,00 para a higiene e Cr\$ 15,00 para o transporte.

Este é — pelos documentos oficiais — o nível de 67% da população brasileira.

A forma de melhorar a sua situação só é uma, a direta: dar um salário mais razoável.

O Governo reconhece que tem aumentado o Produto Nacional Bruto; reconhece, também, que o trabalhador não pode ficar à margem desse crescimento. Por isso estabelece o Plano de Ação Econômica do Governo, reafirma as mensagens de quase todos os Presidentes da República, mandadas a esta Casa em 1969, 1970, 1971 e 1972, que o trabalhador deverá ter a sua participação sem desfasagem. E, para isso, cita até fórmula técnica. Não somos nós da Oposição que falamos, mas o Governo, ao definir sua política salarial para uma distribuição justa da renda nacional. Um dos fatores é o de, quando há aumento da produtividade, incluir nos reajustamentos salariais esse aumento. Pois bem, reconhecendo que há uma injusta distribuição, o Governo deveria procurar corrigir aumentando o sa-

lário, pelo menos na base da produtividade. Cabe ao Governo, por lei, fixar essa quantia. E o Governo acabou de fixar, agora, no dia 20 ou 25 de julho — e a data aqui é um detalhe de importância secundária. O Ministério do Planejamento fixou qual o índice de produtividade, quanto aumentou a produtividade do trabalhador brasileiro.

E aqui se coloca uma das críticas fundamentais do que à imensa maioria dos trabalhadores brasileiros está fazendo a distribuição de renda. Aumentou o Produto Nacional Bruto de 9% em 1969 para 9,5% em 1970 e para 11,13% em 1971. Houve, disse o Sr. Presidente da República, um aumento na produção nacional de 45%. E qual foi o aumento da produtividade para o trabalhador ter o seu salário reajustado? Sabem V. Ex.<sup>as</sup>? — Zero!

O Brasil ficou 45% mais rico. Qual a parte do trabalhador nisso? — Zero, porque em 1969 — produtividade — 3,5; 1970 — produtividade — 3,5; 1971 — produtividade — 3,5. Apesar dessa elevação de 45%, a produtividade ficou a mesma, agravando-se, assim, note-se, com este aumento da produtividade ou com recusa de calcular, ou afirmar, ou reconhecer qualquer aumento da produtividade, o salário de milhões de trabalhadores brasileiros: vão sofrer um novo abaixamento.

Ouçó com prazer o aparte.

**O Sr. Eurico Rezende** — Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que cedesse o aparte ao Senador Benedito Ferreira, porque ele é mais especialista em estatística e tenho a certeza que vai esmagar os dados de V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Benedito Ferreira** — Quero agradecer ao Senador Eurico Rezende a deferência e a gentileza. Mas, quero confessar à Casa, aqui, diante do Senado, a minha tristeza, o meu pesar, porque este assunto já foi pulverizado de maneira insofismável.

**O SR. FRANCO MONTORO** — V. Ex.<sup>a</sup> é suspeito para falar disso.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Não sou não, Excelência.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Pulverizar é reduzir a pó.

**O Sr. Benedito Ferreira** — V. Ex.<sup>a</sup> quero crer, na forma como vai-se comportando nesta Casa, não demora o dia em que V. Ex.<sup>a</sup> há de vir dizer que o censo estatístico não é verdadeiro, que a nossa população não é aquela e que precisará o Governo sair a demonstrar a V. Ex.<sup>a</sup> que realmente a população corresponde aos dados estatísticos. Vou dizer o porquê disso. Demonstrarei a V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. FRANCO MONTORO** — Pretendeu!

**O Sr. Benedito Ferreira** — ... então, demonstrarei ao Senado da Re-

pública — que é muito mais importante e à Nação...

**O SR. FRANCO MONTORO** — Pretendeu! Mas V. Ex.<sup>a</sup>, por enquanto, está fugindo ao debate.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Não, nobre colega! Demonstrarei com dados insofismáveis.

**O SR. FRANCO MONTORO** — V. Ex.<sup>a</sup> não é Papa!... Vamos discutir os argumentos. Responda V. Ex.<sup>a</sup> aos fatos: houve aumento da produtividade?

**O Sr. Benedito Ferreira** — Não sou Papa, mas os números por mim apresentados são irresponsáveis.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Houve, ou não, aumento da produtividade? Papa locuta, causa finita!...

**O Sr. Benedito Ferreira** — V. Ex.<sup>a</sup>, de maneira primária, infantil, trouxe à discussão uma operação aritmética, deduzindo o crescimento demográfico do crescimento do Produto Interno Bruto. Ensinei a V. Ex.<sup>a</sup>, permita-me...

**O SR. FRANCO MONTORO** — Ensinou Português com Economia; e ensinou Economia com Português.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Ensinei também Economia a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. FRANCO MONTORO** — Ensine, pois, e continue.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Mas V. Ex.<sup>a</sup> se nega a aprender a lição.

**O SR. FRANCO MONTORO** — V. Ex.<sup>a</sup>, agora, vai repetir a sua lição, responda-me o seguinte: como foi feito todo aquele cálculo?

**O Sr. Benedito Ferreira** — Vou repetir a lição, que é simples.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Se é tão simples assim, responda à minha indagação anterior.

**O Sr. Benedito Ferreira** — V. Ex.<sup>a</sup> é um péssimo aluno, permita-me...

**O SR. FRANCO MONTORO** — Talvez o seja.

**O Sr. Benedito Ferreira** — ...além de ser muito irreverente.

**O SR. FRANCO MONTORO** — A irreverência não é um privilégio meu.

**O Sr. Benedito Ferreira** — V. Ex.<sup>a</sup> me outorgou o título de economista, já me outorgou título de professor, agora me honre com a sua atenção.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Reverência ou irreverência não está em discussão. O que se discute é produtividade. Quero que V. Ex.<sup>a</sup> não fuja do problema. Quero que V. Ex.<sup>a</sup> me responda qual foi o aumento da produtividade.

**O Sr. Benedito Ferreira** — V. Ex.<sup>a</sup> quer ouvir ou não a lição?

**O SR. FRANCO MONTORO** — Quero-a sobre o aumento da produtividade.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Se V. Ex.<sup>a</sup> assim o desejar, vou dar uma lição novamente porque V. Ex.<sup>a</sup>, por certo, não leu o *Diário do Congresso*.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Quero lição sobre produtividade.

**O Sr. Benedito Ferreira** — E é justamente o que vou ensinar a V. Ex.<sup>a</sup>, novamente.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Pois, então, vamos lá.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Então, meu nobre colega, pela última vez... V. Ex.<sup>a</sup> talvez trouxe um sofisma para lançar a dúvida sobre a taxa de produtividade fixada.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Não é dúvida, é certeza.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Foi o que V. Ex.<sup>a</sup> fez e continua fazendo, para lançar a dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Lindenberg — Faz soar a campainha) a palavra antes que o Sr. Senador Benedito Ferreira venha com discurso paralelo.

**O Sr. Benedito Ferreira** — V. Ex.<sup>a</sup> está mudando a sua orientação.

**O SR. FRANCO MONTORO** — A dificuldade do aluno é esta: o Produto Nacional Bruto era 9. Passou a 9,50; de 9,50 passou a 11. A produtividade aumentou zero. Como se explica?

**O Sr. Benedito Ferreira** — É muito simples, nobre Senador. É elemental.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Sem adjetivos, quero uma explicação.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Poderia ter ocorrido, se duplicasse o Produto Interno Bruto.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Poderia!... Quero saber o que aconteceu.

**O Sr. Benedito Ferreira** — V. Ex.<sup>a</sup> é professor de Direito. V. Ex.<sup>a</sup> é que lança a dúvida quanto à taxa. V. Ex.<sup>a</sup> que prove que ela está errada. Não venha V. Ex.<sup>a</sup> bancar o engenheiro de obra feita. Já é tempo de V. Ex.<sup>a</sup> se respeitar e respeitar os seus colegas. V. Ex.<sup>a</sup> lança dúvida quanto à taxa fixada.

**O SR. FRANCO MONTORO** — E V. Ex.<sup>a</sup> não esclarece a dúvida. Explique, se é tão simples.

**O Sr. Benedito Ferreira** — V. Ex.<sup>a</sup> sabe.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Não o que poderia, mas o que houve.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Demonstrei a V. Ex.<sup>a</sup>, teoricamente, que V. Ex.<sup>a</sup> cometeu dez erros ao afirmar que a taxa de produtividade pode ser apropriada deduzindo a população do

crescimento do Produto Interno Bruto. Primeiro, que não é Produto Interno Bruto. V. Ex.<sup>a</sup> já sabe, por certo, que é renda interna. E demonstrei a V. Ex.<sup>a</sup> que pode ocorrer...

**O SR. FRANCO MONTORO** — Não quero saber o que V. Ex.<sup>a</sup> demonstrou, quero que V. Ex.<sup>a</sup> demonstre!

**O Sr. Benedito Ferreira** — V. Ex.<sup>a</sup> quer ou não quer ouvir a lição?

**O SR. FRANCO MONTORO** — Mas V. Ex.<sup>a</sup> está repetindo.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Mas V. Ex.<sup>a</sup> vive rescindindo. V. Ex.<sup>a</sup> é incapaz de trazer um fato novo. V. Ex.<sup>a</sup> está sempre repetindo a mesma coisa.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Quero que V. Ex.<sup>a</sup> diga uma novidade, explique o que não explicou no seu discurso.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Nobre Senador, a verdade é sempre a mesma. O sofisma pode ser outro mas a verdade é sempre a mesma.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Então V. Ex.<sup>a</sup> me explique. V. Ex.<sup>a</sup> está repetindo um discurso passado, falando o que não é e quero saber o que é. Depois, então, explicarei a V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Benedito Ferreira** — Tenho dito tantas vezes, Senador, que não existem duas verdades; existem mais de mil sofismas, mas a verdade é uma só.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Então a produtividade foi zero?

**O Sr. Benedito Ferreira** — Não, Senador, o índice de crescimento observado foi mantido o mesmo.

**O SR. FRANCO MONTORO** — O aumento de produtividade foi zero. Então não houve aumento!...

**O Sr. Benedito Ferreira** — Não houve aumento, e por quê?

**O SR. FRANCO MONTORO** — É o que quero saber.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Por certo porque foram agregados fatores — e isto, por certo, V. Ex.<sup>a</sup> ignora em Economia — foram agregados ao processo de produção, em relação ao aumento verificado e se contrapuseram, vale dizer,...

**O SR. FRANCO MONTORO** — Quer dizer, para esse aumento o trabalho contribuiu com zero! É preciso dizê-lo com todas as letras.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Mas sabe V. Ex.<sup>a</sup> que o trabalho é um dos componentes. V. Ex.<sup>a</sup> não pode confundir força-trabalho...

**O SR. FRANCO MONTORO** — Então a produtividade é igual a zero.

**O Sr. Benedito Ferreira** — É um dos fatores. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que pode perfei-

tamente ter ocorrido; teoricamente V. Ex.<sup>a</sup> conhece o problema. V. Ex.<sup>a</sup> está sofismando, porque não quer se dar ao trabalho de se debruçar sobre os dados, sobre os números e assim trazer as provas. Então nós é que temos que provar que está certo, não V. Ex.<sup>a</sup>, que acusa e não tem de provar que está errado. Esta a posição em que V. Ex.<sup>a</sup> se coloca — a do engenheiro-de-obras. Acha que a parede está torta, mas não diz como fazê-la certa. V. Ex.<sup>a</sup> diz que a parede está torta, mas não vai até lá colocar o prumo para se certificar de que ela está ou não torta. É o que V. Ex.<sup>a</sup> se permite fazer nesta Casa. Quero crer que V. Ex.<sup>a</sup> agora já sabe como apropriar a taxa de produtividade. Com essas informações, V. Ex.<sup>a</sup> vai debruçar-se sobre as estatísticas e fazer a apropriação, no sentido de se os 3,5 estão errados.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Sr. Presidente, mais uma vez ouvimos a não-explicação. Quero saber, e não sou eu, são milhões de empregados no Brasil que desejam saber, tendo havido o aumento do Produto Interno Bruto, de 9 para 9,5 e depois de 9,5 para 11,3, aumento dos maiores do mundo, como diz o Senhor Presidente da República na Mensagem enviada ao Congresso Nacional, tendo havido esse aumento extraordinário, qual a parte que vai caber ao trabalho? É só isto. Pela decisão do Governo, é zero.

**O Sr. Benedito Ferreira** — E se diminuisse o Produto Interno Bruto?

**O Sr. Eurico Rezende** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO** — Se tivesse diminuído a produtividade...

**O Sr. Benedito Ferreira** — Baixariam os salários, então?

**O SR. FRANCO MONTORO** — Exato. Não há dúvida.

**O Sr. Benedito Ferreira** — É a teoria de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. FRANCO MONTORO** — Sr. Presidente e Srs. Senadores, como a argumentação foge! O que seria se tivesse diminuído? Mas não diminuiu. Aumentou.

Admite o nobre Senador Benedito Ferreira que, se tivesse diminuído, diminuiria a produtividade. Mas, aumentando, S. Ex.<sup>a</sup> não admite que se aumente.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Teoricamente, sabe V. Ex.<sup>a</sup>, a tese está perfeita.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Aqui se traduz a crítica fundamental do MDB: a distribuição da renda nacional. Ao capital cá-se tudo: incentivos, aumentos, facilidades. Ao trabalho, que se faz? Ao trabalho, inegavelmente um dos fatores da economia

brasileira, um dos fatores de produção em qualquer país, a lei manda que se calcule esse índice de produtividade. Qual foi o aumento? — Zero, repito. E não há explicações!

O nobre Senador Benedito Ferreira, incumbido de fazer a defesa, trouxe aqui opiniões de economistas, criticando uma fórmula que eu havia mencionado e que era, se não me engano, a fórmula adotada pelo Conselho Nacional de Economia.

**O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex.<sup>a</sup>** não vai insultar o Conselho Nacional de Economia...

**O SR. FRANCO MONTORO —** O que não aceito são os insultos além de certo limite. Era do Conselho Nacional de Economia, sim, senhor, que, por lei, calculava. O nobre Conselheiro José Bonifácio Coutinho era encarregado desse cálculo.

O cálculo de produtividade nacional é difícil de ser feito. Todos estamos de pleno acordo. O orador, que falou em nome do Governo, trouxe a opinião de Sibilis Vianna e de outros economistas. No entanto, o que o povo quer saber, o que o MDB pede é que o Governo explique qual a fórmula pela qual, tendo havido aumento do produto, na ordem de 45%, por que o aumento da produtividade foi zero? Sr. Presidente, esta, a razão porque apresentamos projeto-de-lei. As solicitações não são atendidas, os discursos ficam em desaforos, e não nos interessam desaforos. Para ser exato, apesar de tudo que se diga, não está em discussão a nossa pessoa. Discute-se, no momento, se houve ou não aumento da produtividade, se o trabalhador brasileiro tem ou não direito a participar do aumento da produção nacional. O Governo diz não, através dessa fixação. Este, o fato concreto, concreto e doloroso.

Através do projeto, pretendemos — coisa que até agora o Governo não fez, e era muito fácil, pois não é com a opinião de autores, não é com a crítica da fórmula adotada pelo Conselho de Economia, e que tenho adotado — através do projeto, delimitar as fórmulas possíveis. Quero que o Governo dê a sua fórmula. O Governo tem autoridade para criticar qualquer outra fórmula antes de apontar a que adotou, e que até agora ninguém sabe qual foi. Nestas condições, apresentamos, projeto de lei, em nome do MDB, estabelecendo que ao artigo da lei que dispõe sobre reajustes salariais e fixação da produtividade se acrescente o seguinte parágrafo:

“§ 3.º — A taxa do aumento da produtividade nacional será justificada com elementos de cálculo e dos dados estatísticos utilizados, sendo assegurado o reconhecimento dos mesmos a qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive através de certidão.”

O Congresso tem competência fiscalizadora indeclinável, e o Governo, a obrigação de explicar — e o assunto é grave —, para não precisarmos dos professores improvisados. Não é preciso lição de ninguém, é preciso, sim, explicação do Governo. O Governo da seguinte forma”, coisa que até deve dizer: “calculei a produtividade agora não foi feita.

Sr. Presidente, apresentamos o projeto e pedimos à nobre Maioria...

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg, fazendo soar a campainha)** — A Presidência lembra ao nobre orador que seu tempo está esgotado.

**O SR. FRANCO MONTORO —** Vou concluir, Sr. Presidente.

Apresentamos o projeto e pedimos à nobre Maioria que o aprove, a fim de que o Governo forneça o critério que adotou para chegar a esse resultado. O que podemos dizer até agora é que esse critério nos parece absurdo. O produto aumentou na ordem de 45% — e quem diz é o Presidente da República, em sua Mensagem ao Congresso. Afirma S. Ex.<sup>a</sup>:

“Registrou-se, de 1971 até agora, um acréscimo na ordem de 45% do produto em relação a 1968.”

O acréscimo do produto foi na ordem de 45%. Qual a parte que o trabalho vai receber nesse aumento, que é o índice de produtividade, para ser colocado no salário? — Zero. Impossível do ponto de vista matemático, essa explicação.

Queremos não a lição de professores, por mais ilustres, competentes e puristas da linguagem que sejam e sim, numa linguagem simples, a palavra do Governo. Que ele diga não o que poderia acontecer, se tivesse havido qualquer coisa, mas declare de acordo com os dados apurados, porque é matéria séria, é distribuição de renda e não de promessas. Distribuição de renda é isto. Diz-se: como se vai aumentar, como se vai distribuir um bolo. Acontece que o bolo aumentou de 45% em relação a 1968, declara o Presidente da República. Então, pelas mesmas razões, se o bolo aumentou, a fatia de cada um deve aumentar. Isto chama-se distribuição de renda. Esta, a questão no tabuleiro e que deve ser discutida. Sem negar aspectos positivos, intenções retas, medidas concretas que tenham sido tomadas, há um defeito fundamental: nosso desenvolvimento está sendo desumano. Dá-se muito ao capital e não se está dando nada ao trabalhador. O aumento da produtividade, zero. Esta, a significação, este, o sentido da luta, do debate que estamos travando.

Sr. Presidente, com este projeto penso que estamos prestando um grande trabalho ao Brasil e ao Go-

verno. Um dos estudos que consultamos a respeito do milagre do desenvolvimento brasileiro, de autoria de um técnico, um economista da CEPAL e publicado numa revista especializada, tinha o seguinte título: “O Perverso Milagre Econômico Brasileiro”. Há outros trabalhos semelhantes. Técnicos, estadistas estão apontando esse aspecto negativo.

A marcha do nosso desenvolvimento é precisamente a má distribuição da renda, particularmente no tocante ao salário-mínimo. Aliás, o Governo tem reconhecido, apesar de alguns Senadores negarem o fato, a queda do poder aquisitivo em relação ao salário-mínimo.

**O Sr. Eurico Rezende —** Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte a esta altura?

**O SR. FRANCO MONTORO —** Se o Presidente permitir...

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — De acordo com o Regimento Interno, depende de V. Ex.<sup>a</sup>, pois o seu tempo está esgotado há mais de dez minutos.

**O SR. FRANCO MONTORO —** Com a permissão do Presidente, concedo aparte a V. Ex.<sup>a</sup> com a maior satisfação.

**O Sr. Eurico Rezende —** Sr. Senador, as últimas palavras de V. Ex.<sup>a</sup> refletem total ausência de sentimento nacional. E o pior é que V. Ex.<sup>a</sup>, implicitamente, aplaudiu um insulto estrangeiro jogado sobre a nossa Pátria!

**O SR. FRANCO MONTORO —** V. Ex.<sup>a</sup> agora está apelando. Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que não desvie o debate objetivo do nosso problema para acusações.

**O Sr. Eurico Rezende —** Pedi aparte a V. Ex.<sup>a</sup>. V. Ex.<sup>a</sup> concede ou não o aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO —** Apenas peço a V. Ex.<sup>a</sup> que não fuja ao debate.

**O Sr. Eurico Rezende —** V. Ex.<sup>a</sup> citou um conceito que causou alegria, estranha e suspeitíssima, a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. FRANCO MONTORO —** A alegria foi por conta de V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Eurico Rezende —** V. Ex.<sup>a</sup> manifestou euforia ao fazer essa citação, que corresponde a um julgamento profundamente injusto...

**O SR. FRANCO MONTORO —** Qual é o auferímetro de V. Ex.<sup>a</sup>?

**O Sr. Eurico Rezende —** Vou mais além. V. Ex.<sup>a</sup> não tem o apoio dos seus próprios colegas de Bancada, com esse conceito. O desenvolvimento nacional é hoje objeto não apenas da curiosidade fascinada do mundo inteiro, como também oferecem subsídios valiosos para a solução de pro-



blemas tormentosos dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Esta é a tese do Governo V. Ex.<sup>a</sup> toma como verdade o que está sendo discutido. Se o que V. Ex.<sup>a</sup> diz é verdade, está perdendo tempo.

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite agora terminar o aparte? Sou Reitor de Universidade mas não quero dar lições a V. Ex.<sup>a</sup> porque ninguém deve dar lições aqui. Ninguém pode ficar numa posição de aluno ou de professor, aqui. Estávamos em debate democrático, aliás, muito bom...

**O SR. FRANCO MONTORO** — Eu recebo lições...

**O Sr. Eurico Rezende** — ... mas como não há apoteose sem sombras, V. Ex.<sup>a</sup>, no final, colocou uma sombra na sua apoteose oratória.

**O SR. FRANCO MONTORO** — V. Exa. está colocando sombras, mas estas se desfazem...

**O Sr. Eurico Rezende** — Não quero dar lições a ninguém mas V. Ex.<sup>a</sup> faz uma confusão primaríssima entre produção e produtividade. Produção é um fato material. Aprendi isto. A produtividade é o adicional da produção. Eu citava aqui, meus eminentes Colegas, dois operários que trabalham durante uma hora. Um fabrica 10 porcas em uma hora e o outro, 15. Operou-se, nesta segunda hipótese, um adicional de produtividade. Então, não confunda a marcha estugante do produto nacional bruto como relação de causa e efeito com a produtividade. Porque V. Ex.<sup>a</sup>, além de reconhecer que é difícil fixar índice de produtividade, há de convir que o Governo, através de incentivos fiscais, transfere para uma distribuição de rendas indiretas grandes parcelas dos seus recursos orçamentários e fiscais. Não há necessidade de ser professor, que não quero ser aqui, repito, não se pode ficar no diálogo de aluno e professor, mas V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo — acredito que de boa fé, não vou dizer que é de má fé — uma confusão tremenda, superavitariamente absurda, entre produção e produtividade.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Quem confundiu foi V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Eurico Rezende** — Finalmente, com relação a esses vales, V. Ex.<sup>a</sup> disse que grande percentual de trabalhadores brasileiros não percebe sequer o salário-mínimo. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que esse problema é difícil. V. Ex.<sup>a</sup> é a testemunha mais idônea que o Governo tem, porque, Ministro do Trabalho, não pôde resolver esse problema assim tão rapidamente. Faço um apelo às jazidas inesgotáveis da paciência de V. Ex.<sup>a</sup> O Governo está com a orientação certa. O que há é o seguinte: o Governo como que virou

sócio de alfaiataria. O Brasil está crescendo tanto, o corpo nacional está engordando e crescendo de tal maneira que a roupa está estourando. Então, esse progresso assim surpreendente, que quase a nossa geração não viu está surgindo de uma maneira estugante, espetacular, colocado já na universidade da história como o "milagre brasileiro", que está ministrando lições para o mundo inteiro.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — A Presidência pede a colaboração do ilustre Orador para que se cumpra o Regimento Interno, terminando o seu discurso.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Concluirei. Sr. Presidente, respondendo ao aparte do Senador Eurico Rezende, que foi concedido depois da consulta à nobre Presidência. Ninguém está fazendo confusão entre produção e produtividade mas o que não se pode é separar conceitos. Para calcular a produtividade, não posso deixar de levar em conta o aumento de produção. O que estou sustentando é que o Governo deve explicar como chegou a isso. Deve dar a fórmula adotada e os dados estatísticos em que se inspirou. Ao tempo em que o Conselho Nacional de Economia fixava esses índices, eram eles calculados com base no aumento do produto nacional bruto e alguns fatores fundamentais, como o aumento da população, deduzidos. Tinha-se um índice aproximado. O que não se pode explicar, eu pelo menos, dentro das minhas limitações, não encontro como, é o fato de, tendo existido um aumento de 45% no produto, o índice de produtividade tenha a sua taxa de aumento igual a zero. Este é o fato fundamental.

Disse também o nobre Senador que citamos com euforia o título desse estudo. Não foi com euforia mas com profunda tristeza que citamos o autor, entre muitos outros, a propósito da matéria que estamos consultando. Não estamos admitindo como certo ou errado; estamos discutindo o problema e apontamos razões, que não podem ser contestadas com esta afirmação otimista de que a situação é a melhor possível, o povo está satisfeíssimo, nunca tivemos conjuntura semelhante.

Na realidade, o povo está sofrendo; a situação é difícil.

E' dado bem concreto, não escolhido por nós. Quem estabeleceu a produtividade com critério fundamental foi o Governo, através de lei que atribuiu esta competência ao órgão governamental.

Com isto, Sr. Presidente, penso que ficou patente que o problema merece discussão.

Voltaremos ao debate porque ele comporta inúmeros outros aspectos.

Mas, está absolutamente claro que, havendo a redistribuição, ou melhor, havendo uma má distribuição da renda nacional, como foi reconhecido por mais de um orador, não estão sendo adotadas medidas para sua correção.

Foi lembrada a minha atuação. Dejo recordar que, como Ministro, tomei a iniciativa da instituição do salário-família, que positivamente é medida de redistribuição de renda nacional. Como esta, esperávamos medidas que se traduzissem em benefício efetivo para o homem que trabalha, e não em promessas para um futuro que não se sabe exatamente quando chegará.

São estas as ponderações que queremos fazer, Sr. Presidente, repetindo aquilo com que encerramos as nossas considerações: com este debate, pretendemos, partindo da Democracia que temos, trabalhar por aquela Democracia que desejamos, isto é, uma Democracia e um desenvolvimento marcados pela justiça social. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Danton Jobim.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — (Pela ordem.) Sr. Presidente, em virtude de ter sido citado nominalmente, entendo dever ao Senado uma ligeira explicação.

Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> conceder-me oportunidade para uma breve explicação pessoal.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — V. Ex.<sup>a</sup> tem 10 minutos para falar, pela ordem, em explicação pessoal.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — (Para explicação pessoal. — Sem revisão do orador.) Agradecido a V. Ex.<sup>a</sup>

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em verdade, ninguém chega a esta Casa sabendo, especialmente aqueles que trazem a bagagem cultural que para aqui trouxe S. Ex.<sup>a</sup>, de modo especial, S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Senador Franco Montoro.

Bem sei que aqui não é lugar para gracejos, Sr. Presidente, mas, esportivamente, quando S. Ex.<sup>a</sup> trouxe a esta Casa aquela fórmula esdrúxula, como o demonstramos, de fazer apropriação de taxa de produtividade, e ao demonstrar os erros crassos daquela fórmula a S. Ex.<sup>a</sup>, o que ocorreu, Sr. Presidente? S. Ex.<sup>a</sup>, por certo, temperamental como eu, inadverteadamente, admito, mas de maneira zombeteira, como lembram-se V. Ex.<sup>as</sup>, deu-me um título que aqui não trouxe — o título de Economista.

Entendi, Sr. Presidente, de revidar. E, revidando, intitulei-me, na oportu-

tunidade, não um doutor em Economia, mas professor de Português, porque houve também, naquela ocasião justificativa para que, como tal, eu me comportasse. Sabem V. Ex.<sup>as</sup> muito bem da técnica que aqui vem sendo adotada por S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Senador Franco Montoro. S. Ex.<sup>a</sup> ignora uma lei imutável, como de resto ignora as leis que S. Ex.<sup>a</sup> também vota nesta Casa, quando isto, evidentemente, convém aos seus propósitos.

Mas, ao ignorar a lei imutável, Sr. Presidente, a lei de causa e efeito, da forma como tem feito S. Ex.<sup>a</sup>, ao mostrar-se rebelado todas as vezes que perguntamos no pretérito, todas as vezes que buscamos nessa lei imutável as causas e os efeitos tão danosos aos interesses nacionais e ao País e, de modo especial, ao nosso povo, aí então, S. Ex.<sup>a</sup> se rebela e nos acusa de fugirmos do debate. A S. Ex.<sup>a</sup> é permitido, e é dado trazer os sofismas mais descabidos, como tem feito reiteradas vezes — e para tanto — comprovar bastaria compulsar os Anais desta Casa, e verificarmos quantas vezes foi afirmado tudo aquilo que todos os dados concretos afirmam em contrário.

Sr. Presidente, é a verdade. E esta nossa ligeira explicação é para demonstrar ao Senado o nosso entendimento. Não poderia eu, que sou talvez o único dos componentes desta Casa que não traz título universitário, que sou talvez o mais despreparado dos Senadores,...

O Sr. Eurico Rezende — Não apoiado!

O SR. BENEDITO FERREIRA — ...eu não poderia de maneira alguma, Sr. Presidente, senão em nome da verdade — porque nesta, me permitam V. Ex.<sup>as</sup>, sou catedrático — dar lições.

Não permito, não consinto, porque até hoje nesta Casa, ou fora dela, não fez prova em contrário daquilo que tenho aqui trazido de todas minhas afirmações na vida pública ou particular. Jamais se fez prova em contrário daquilo que tenho sustentado em nome da verdade. E nestes termos não revidarei senão como uma represália à injustiça que S. Ex.<sup>a</sup> cometeu, naquela oportunidade, ao outorgar-me o título de Economista, porque, bem sei, o fez por zombaria. Assim como S. Ex.<sup>a</sup> tem injustificado os nossos economistas, que aí estão ensinando, de maneira exuberante, que não têm como apropriar a taxa de produtividade, como S. Ex.<sup>a</sup> fez.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, minhas escusas por interromper a sessão para esta minha explicação pessoal. Fi-la, sobretudo, em homenagem e de maneira especial, pelo respeito e pela estima que devo ter, e tenho de fato, pelos meus colegas,

notadamente pela nossa Instituição. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Fernandes.

O SR. ANTONIO FERNANDES — (Pronuncia o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, tenho acompanhado, através de nossa imprensa e de outras fontes de informações, inclusive do Delegado do IBC, em Brasília, o crescente entusiasmo com que o Sr. Carlos Alberto de Andrade Pinto, Presidente do IBC, vem demonstrando sobre o plano de revigoração e renovação dos cafezais brasileiros, salientando a receptividade que teve o mesmo, no Nordeste, principalmente no Ceará, em Pernambuco e no meu Estado.

Tudo isto faz crer que o café voltará a ter, na região nordestina, sua importância econômica do passado.

A Bahia, com suas manchas de terras roxas na Chapada Diamantina e no Planalto Baiano, oferece condições para um bom planejamento e reagiu favoravelmente, ultrapassando as expectativas, pois as possibilidades do Estado atingirem limites promissores na localização, em seu território, de áreas da maior potencialidade agrícola, objetivando a exploração racional da cafeicultura, considerando o meio-ambiente como um dos fatores mais importantes.

Senhor Presidente, Senhores Senadores:

Através deste pronunciamento, desejo contribuir com subsídios para o plano de renovação dos nossos cafezais, confiante na boa receptividade pelo que possa representar para a economia nacional, de recolocar o Brasil, dentre os maiores produtores do Mundo.

A valorização da lavoura cafeeira no Nordeste, e especialmente na Bahia, ocupa as atenções dos Governos e do IBC, porque o café, desde a colonização do Brasil, vinha sendo plantado em áreas impróprias, situadas, em sua maioria, ao nível do mar.

Atualmente, os campos de cultura se localizam em terrenos com mais de 750 metros de altitude, dentro do Programa de valorização e racionalização dos cafezais, executado pelo Instituto Brasileiro do Café.

Para novos investimentos, depois da política de erradicação dos antigos cafezais improdutivos, marcados pela praga da ferrugem, o IBC há de executar um plano de valorização dessa cultura básica na economia brasileira, ensinando ao agricultor como, onde e quando o pé de café deve ser plantado; e através do financiamento serão definidas as variedades de sementes ideais para o plantio, de acordo com as qualidades aconselháveis para a formação de la-

vouras produtivas e de maior rentabilidade.

Senhor Presidente, Senhores Senadores:

Por falta de matéria-prima, em consequência de fatores ponderáveis, é crítica a situação dos torrefadores de café, achando-se paralizadas cerca de duzentas fábricas, das mil e oitocentas montadas no País.

O Governo do meu Estado está empenhado na campanha de recuperação da lavoura cafeeira da Bahia. Sim, porque é da Bahia pioneira no plantio de café, desde a colonização, que se abriu o caminho a todas as experimentações nesse campo de atividade e se espalhou em todas as direções do território nacional.

A Secretaria de Agricultura, do meu Estado, sob a chefia de seu titular, Sr. Raymundo Fonseca, vem exercendo ação direta para que as terras roxas do Planalto baiano e da Chapada Diamantina, sejam bem aproveitadas por cafezais racionalmente cultivados.

Técnicos da Secretaria e do IBC vêm fazendo levantamentos das áreas adequadas à cafeicultura, já tendo incluído, dentro dos melhores padrões, nos estudos já realizados, quarenta e dois municípios do interior do Estado.

A soma de esforços entre técnicos e lavradores e autoridades financeiras no meu Estado é o testemunho vivo do montante construtivo por excelência, onde todos os valores se mobilizam para a reconstrução da economia, na hora exata de sua recuperação, visando o atendimento do mercado de exportação e do consumo interno.

Os agrônomos, munidos de material visual, vêm prestando assistência técnica, percorrendo as regiões escolhidas, ensinando aos agricultores, por meio de palestras, despertando o interesse para o Programa cuja campanha tem sido bem acolhida.

O Plano inicial de renovações, previsto para os anos 71/72, foi totalmente cumprido, com a cobertura dos agrônomos e o apoio dos fazendeiros, nos municípios selecionados, colocando a Bahia em condições de merecer do IBC estudos especiais no sentido de aumentar sua área de plantação.

No Plano do Governo Federal, em promover a plantação de 600 milhões de novos cafeeiros nos próximos três anos, concedendo empréstimos de 3% de juros anuais, com financiamento de Cr\$ 3,00 por cafeeiro e prazo de carência de quatro anos, necessários ao custeio até a primeira colheita, oferece boas condições aos agricultores. E, dentro desse Plano e de acordo com as regiões compreendidas no zoneamento ecológico do meu Estado, em concordância com os limites de altitudes estabelecidas, acima de 750

metros, o Programa terá como área de atração, as seguintes regiões zoneadas, no Estado da Bahia:

1.º — Vitória da Conquista, como centro de gravidade dos Municípios de Barra do Choça, Boa Nova, Caatiba, Cândido Sales, Iguai Itambé, Nova Canaã, Planalto, Planaltino e Poções:

2.º — Jequié, com os Municípios de Jaguara, Lafaete Coutinho, Manoel Vitorino, Maracás, Cravolândia, Ibicoara, Irajuba, Itaji, Itaquara, Itiruçu, Nova Itarana, Santa Inês, Ubaira e Brejões;

3.º — Chapada Diamantina, composta dos Municípios de Barra da Estiva, Boninal, Abaira, Lençóis, Morro do Chapéu, Mucugê, Contendas do Sincorá, Iaçu, Iraemaia, Itaquara, Ituaçu, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra e Utinga.

Senhor Presidente, Senhores Senadores:

Dentro dos Municípios acima citados existem manchas de terras roxas maravilhosas que convidam para uma lavoura promissora no sentido de reconstruir, preservar e aperfeiçoar a cafeicultura baiana.

São manchas de terras que oferecem as melhores condições de clima para plantações e cafezais, com recursos naturais renováveis que podem ser manejados racionalmente para fornecer matéria-prima, durante muitas gerações, ao mercado de consumo interno e ajudar na competição do mercado de exportação. (Muito bem! Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Guido Mondin.

**O SR. GUIDO MONDIN** — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, quero assinalar e o faço também em nome dos meus colegas de bancada, Senadores Tarso Dutra e Daniel Krieger, o transcurso do segundo aniversário da revista "Parlamento", que se edita em Porto Alegre. Creio que todos os nobres colegas a recebem e se a recebem a lêem. E, lendo-a, terão formado um julgamento, julgamento que há de ser unânime, pela excelência dessa publicação que se fez rara, porque raros são os pronunciamentos em favor do Congresso, dos políticos, dos Partidos. Rara, por exemplo, u'a manifestação como a de S. Revma., o Cardeal-Arcebispo do Rio Grande do Sul, em recente alocução, aqui transcrita em discurso pronunciado pelo eminente Senador Daniel Krieger.

Em outros países — e disso são exemplo os Estados Unidos — existem até organizações de apoio ao Congresso, de estímulo às atividades parlamentares. Não se dirá que alhures

também não existam representantes do povo que desmereçam do seu mandato, mas a maturidade democrática, inclusive, supõe a sabedoria de distinguir o jolo do trigo e, principalmente, qual a quantidade de joio existente em meio ao trigo e, mais principalmente, o cuidado de não generalizar o ataque quando este ou aquele merece crítica, mormente quando o mau parlamentar, pela intensidade do seu desregramento, realmente compromete a instituição que integra.

A revista "Parlamento" é uma voz amiga que se levanta na terra sulina. Sua equipe redatorial é constituída de experimentados jornalistas, afeitos à vida parlamentar e às lides partidárias. Não é ela composta de políticos ou de homens de partido, mas de profissionais do jornalismo intensamente vinculados à ação política. Nada lhes é desconhecido. Conhecem o tangível e o intangível, o que se passa na ribalta e o que se desenrola nos bastidores, porque vivem cada passo dessa atribulada atividade, que nem por isso deixa de ser arte e ciência, simplesmente porque o é.

Há revista "Parlamento" uma orientação e uma tônica. Sua orientação está em divulgar para uma sociedade por demais alheia à complexa atividade parlamentar tudo quanto nela se desenvolve. Sua tônica é o otimismo construtivo em torno do Poder Legislativo, das Assembléias, das Câmaras Municipais, da representação popular, dos Partidos Políticos da Democracia, enfim.

O esforço nessa divulgação tem contornos de grandeza e o otimismo que se expressa no trabalho dos dirigentes da revista e assume um sentido que não se deixará de enfatizar, porque não parte de nefelibatas do "métier", mas de homens com alta segurança do que dizem e fazem. Há neles constância e determinação. Sei do idealismo com que enfrentam as dificuldades para levar avante uma publicação de tal natureza. Se vislumbrassem quaisquer possíveis proventos, que evidentemente impulsionam as iniciativas no setor publicitário, não creio que se atirassem à empresa. Mas não foi esse o seu móvel, pois desde o primeiro número desenharam-se claras as perspectivas: havia uma missão a cumprir e esta missão contava, como conta, com um só alimento: a sua fé nos destinos da Democracia.

A revista "Parlamento" está perseguindo um luminoso roteiro, preenchendo uma lacuna que de há muito se fazia sentir, pois é ela, em forma amena, ao mesmo tempo informativa, noticiosa e doutrinária. Ela surgiu após um período em que os políticos foram duramente vergastados e nos prova que, felizmente, nem todos pensam tão negativamente em torno das atividades político-partidárias.

O que tenho lido no periódico amigo me leva a raciocinar sobre muitos aspectos, particularmente quando lembro quanto se quer, na mais maliciosa das referências, reduzir a vocação política à satisfação de ambições ou concluir que tudo rescende a hipocrisia, o que é fazer muito pouco do caráter brasileiro. É o mesmo que admitir que este País não tem idealistas, não tem homens de espírito público, não tem homens capazes de servir à Pátria, mas apenas uns pobres interesseiros, visando a locupletar-se nos cargos conquistados.

Sofremos hoje, no trato da política, pela despreocupação que tivemos sempre ao longo le decênios com tudo quanto diz respeito à nossa evolução democrática. Refiro-me a uma despreocupação pedagógica que se faz grave com descuido, quando, não há a negar, o mundo se encontra dividido em duas filosofias. Quando conhecemos o malogro das experiências fascistas e vemos que o todo poderoso comunismo apresenta sintomas evidentes de fatal decomposição — porque não há regime que subsista contra a natureza do homem — cabe-nos concluir, sem esforço, que as soluções dos grandes problemas que afligem o mundo somente serão encontradas pela educação e pela solidariedade na liberdade. O regime democrático oferece todas as condições de perenidade, porque é o único compatível com a essência imutável do homem, no reconhecimento de tudo o que é natural e espontâneo dentro da sociedade humana. Mas se o aperfeiçoamento democrático repousa na qualidade dos cidadãos, cumpre que se ofereçam também condições para a simbiose.

Há muito que vencer na batalha da Democracia. No caso brasileiro, dizemo-nos democratas e falamos enfaticamente em nossa vocação democrática. Mas, pergunto, quanto temos feito de decisivo na preparação do homem para a democracia? O que só acontecer é que determinamos, pela idade ou pela experiência, dar com as excelências do regime, mas não raro através de confusões, de imagens distorcidas e conceitos impróprios. Temos, como consequência, um lamentável desconhecimento das questões que dizem respeito aos Poderes em que se organiza o Estado, ao regime, à Constituição, do que não estamos fazendo motivos fundamentais para que todos tenham consciência e participação efetiva no processo evolutivo da democracia. Pelo desconhecimento, máxime nas horas de crise, ou eclodem as críticas infundadas ou tudo se esboroa no desinteresse pelo destino das instituições.

Todos nós temos experiência das danosas proporções a que chegou a campanha contra o Poder Legislativo, mesmo partindo de escalões esclarecidos, mas alheios à realidade e envol-

vidos pela distorção. Entretanto, a quem serve essa imagem deturpada que se faz dos parlamentares? Colhe a Nação, porventura, alguma vantagem nessa desfiguração que, finalmente, em tudo se projeta? Não, positivamente não. Talvez ao Congresso caiba boa parcela de culpa pela incompreensão reinante, dado que não teve, por muito tempo, maior preocupação com um sistemático esclarecimento popular, franco, real, enquanto grassava aí fora a campanha dos seus incongruentes adversários.

Contudo, queiramos ou não, os Congressos não de sempre configuram as tendências e o estágio sócio-cultural das comunidades que representam. Embora em alguma proporção mínima existam áreas de despreparo popular no exercício do voto, não aceitamos mais, hoje, no Brasil, que se diga que o povo se engana na escolha dos seus representantes. O Congresso se constitui pela mão do povo, pela sua vontade, pelo seu voto. O Parlamento é lidima expressão popular; não poderemos nunca dissociá-lo da democracia, o que seria, ao contrário, negá-la em seus fundamentos. Nem crises circunstanciais, nem exceções negativas, fatais em qualquer colegiado, argumentarão contra a grande razão da presença do Congresso para configurar a existência do regime democrático.

Todas essas questões, porém, estão a reclamar constante divulgação, com sentido didático, dando-se expressão viva e ativa aos ideais democráticos da nacionalidade, porque só aí vingarão aqueles conceitos legítimos que a verdade impõe. A democracia exige muitos tributos e não se há de aperfeiçoá-la com pessimismos, ainda mais quando tantas são as perspectivas que se abrem para os grandes entendimentos sintonizantes com a nossa maturidade política.

Assim, pois, volto a referir-me ao segundo aniversário da revista "Parlamentário", porquanto tem ela concorrido de maneira incisiva para o esclarecimento da opinião pública, na criação de um clima de simpatia e confiança na ação parlamentar. Abordando aquelas questões sobre as quais perfuntoriamente aludi, vem ela cumprindo alta missão, num esforço que condensa aquela pedagogia tão necessária para o exercício da democracia. Daqui desta tribuna sempre falando em nome dos meus dois companheiros de bancada, vai o meu aplauso aos seus bravos dirigentes, na segurança de que não lhes faltará apoio para que a sua iniciativa se prolongue na busca dos seus grandes ideais e dos objetivos que colhem os mais nobres sonhos brasileiros. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)

**O SR. PRESIDENTE (Duarte Filho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Lindenberg.

**O SR. CARLOS LINDENBERG** — (Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho à tribuna para reverenciar a memória do Dr. Mário Correia de Lima, cidadão médico e homem público há pouco falecido no Estado do Espírito Santo. E o faço por entender que todos os homens que serviram à terra em que nasceram ou que a adotaram como sua devem ser homenageados, registrando-se nos Anais desta Casa não só o seu passamento mas também alguns traços da sua vida, quando dedicada ao bem público e a seu Estado.

Mário Correia de Lima não era filho do Espírito Santo. Nasceu em Minas Gerais e foi domiciliar-se no Município de Castelo, depois de haver concluído o seu curso de medicina, na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Pertencia à turma formada em 1919 e logo em 1921 escolhia para seu domicílio o Município de Castelo, no interior do Espírito Santo, onde viveu até há poucos dias, festejando ali, em 1969, como decano dos médicos do Estado, as bodas de ouro de formatura em Medicina.

Era um homem que pelo seu coração, pela sua simplicidade, pelo seu lano trato de todos quantos dele precisavam, criou inúmeras amizades, não só no Município de Castelo como também no Estado do Espírito Santo, de tal maneira que não se encontra, naquele Município e naquela região, uma única pessoa que não tivesse travado boas relações, que não tivesse tido conhecimento com Mário Correia de Lima.

Casou-se com D. Maria da Conceição Monteiro, mais conhecida por D. Sinhá, e naquele Município residiu até o seu falecimento. Só uma vez transferiu-se para Vitória, quando eleito Deputado estadual, depois de haver sido convocado pelos seus amigos, para ser Prefeito do Município em que vivia. Não tiveram filhos, e talvez Deus não lhes desse para que eles criassem os filhos dos outros.

Bem posso falar sobre esta faceta da vida do casal, porque, de 1934 até há pouco, tinha eu a minha pousada, cativa em sua residência. E ali nunca encontrei menos de seis moças ou jovens de 6 a 18 e 20 anos, que eram filhas da casa e periodicamente, nas campanhas políticas, que foram muitas, lá estava eu visitando Mário Correia de Lima e sendo por ele hospedado. Sempre encontrava outras meninas, porque as mais velhas ou tinham casado, depois de educadas e com boa cultura, para formar os seus lares ou tinham voltado à casa paterna como arrimo de família. Certa vez, encontrei também um rapaz, mais

ou menos da minha altura, preto, e que era também um filho da casa. E o Mário me apresentou o Manoelzinho. Era um imbecil, encontrado numa das noites em que voltava da prestação de serviços médicos no interior, numa noite fria e chuvosa —, tirilando de frio sem teto onde se agasalhar. Mário levou-o para casa e o integrou em sua família. Eu o adverti: com tanta moça em casa, você coloca um homem deste tamanho, nesta idade! "Não se incomode", disse ele. Já o examinei; nunca terá idade além de três ou quatro anos, e o comportamento de uma criança". E assim viveu esse homem, como filho da casa, agasalhado com todo o carinho durante seis ou oito anos e, ao falecer, o próprio Mário deu-me a notícia com lágrimas nos olhos — Manezinho tinha morrido.

Mas, quando convocado para Deputado estadual eleito, também foi convocado para presidir a Assembléia do Espírito Santo. Só nessa época ele se transferiu para Vitória com a sua esposa e duas das filhas de criação, porque as outras continuaram em sua casa, em Castelo, para terminar os estudos.

Mas, para também dizer da simplicidade do homem que era, austero, correto, digno e honrado, certa vez o encontrei muito triste; perguntei o porquê e ele me respondeu que um dos seus cachorros havia desaparecido. O casal se transferia para Vitória com as duas filhas e seis dos seus onze cachorros.

No dia seguinte, cedo, entrava eu num dos cafés da praça principal de Vitória e numa mesa, rodeado por muita gente, estava Mário Lima sentado com um cachorro na cadeira ao lado e ele dando pão molhado no leite para o animal comer. Estava satisfeito e alegre porque tinha reaparecido o seu cão de estimação. Em sua casa — contei uma vez — existiam onze cachorros, todos vira-latas que ele encontrava na rua, doentes, e levava para casa para a sua criação. Eram assim Mário Lima e D. Sinhá.

Como médico, conhecia toda gente, assistia toda gente naquele interior e por isso tinha o seu grande prestígio, chamado para a política, não pôde resistir à tentação, como todo médico do interior que se preza, como diria o nosso eminente Senador Ruy Santos.

Também atraído pela política, quis prestar serviços ao seu município, à sua terra, terra que adotou livre e espontaneamente. E lhe soube ser dedicado, sério, digno, correto. Mas, Mauro Lima era um homem cuja simpatia, cujas características o credenciavam como uma pessoa que despertava em todos aquela alegria de viver e de querer bem ao próximo, prestando à população da região do municí-

plo de Castelo e ao povo do Espírito Santo relevantes serviços como cidadão, como médico, como político, tendo por várias vezes, como Presidente da Assembléia, assumindo o governo do Estado em substituição ao então governador João Punaro Bley.

Pertencia ao Partido Social Democrático, ao qual foi leal até os seus últimos instantes. Por tudo isso é que eu, nesta tarde, quero registrar nos anais da Casa este preito de homenagem e de reverência à memória daquele homem que foi extremamente bom, digno e correto, não só nas suas relações particulares mas também como político, como médico, como Presidente da Assembléia e eventualmente como Governador do Estado. Deixou em Castelo outros dois irmãos, também médicos, que o substituem na ação missionária a que se impôs, durante mais de 50 anos.

Com estas palavras, quero deixar aqui consignada não só minha reverência à memória de Mário Correia de Lima, como também as saudades intensas que vão no meu coração. (Muito bem!).

**O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)** — Tem a palavra o nobre Senador Adalberto Sena.

**O SR. ADALBERTO SENA** — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, vez que não temos o direito de dirigir requerimento de informações aos órgãos executivos, tomei a deliberação de endereçar um apelo ao Sr. Governador do Distrito Federal no sentido de considerar a situação em que se encontram os professores contratados da nossa Capital. Até hoje esses professores não tiveram, como os outros, seus vencimentos reajustados no último ano.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senado da República detém, por força da Constituição, em diversos de seus itens, missões e encargos específicos quanto aos problemas e à administração do Distrito Federal, pela não-existência de Câmara Municipal em Brasília — ao contrário do que ocorria na Guanabara, quando era sede da Capital da República. E não podemos nos descuidar desse aspecto da obrigação da Câmara Alta na vida nacional.

Temos acompanhado neste Plenário e nas Comissões assuntos de relevo e urgência, mas sinto que falta maior participação, melhor esclarecimento em problemas que atingem e angustiam largos setores da população de Brasília.

Por diversas vezes tenho recebido consultas e apelos de servidores das diversas Fundações do complexo administrativo do Distrito Federal, sofrendo os efeitos de um congelamento de salários que não sabem in-

formar de onde vem, nem quais seus motivos — mas que existe de fato.

Desde maio do ano passado, os salários dos contratados pelas Fundações não sofrem reajuste — e isso cria inclusive uma discriminação incompreensível, pois que os “enquadrados” gozam o aumento desde 1.º de março último. Isso, Sr. Presidente, chega a ser paradoxal, quando comparamos um exemplo que se sobressai: duas professoras primárias, trabalhando na mesma escola, em salas vizinhas, com as mesmas obrigações e responsabilidades e com o mesmo idealismo — só se diferenciam quanto ao salário, porque uma — a “enquadrada” — já recebe salário mais condigno, enquanto a outra ainda tem de continuar vivendo com os níveis de vencimentos fixados há mais de um ano.

Não trato, Sr. Presidente, de política salarial, trato neste momento de um problema humano. Não faço nesta ocasião nenhuma crítica — apenas interpreto a perplexidade dos funcionários das Fundações, que sofrem no próprio orçamento, na carne e no feijão-com-arroz, o impacto do custo-de-vida sem que em seus vencimentos tenha havido qualquer melhoria, e nisso creio sejam eles praticamente os únicos na administração pública: não receberam o aumento relativo a 1972. Não desconheço as dificuldades financeiras que vive o Governo do Distrito Federal — mas isto não é motivo que justifique o esquecimento do grupo de servidores que constitui a própria essência da administração local.

Como Vice-Presidente da Comissão do Distrito Federal, como admirador da Capital da República e como brasileiro que sente os problemas de seu povo, dirijo um apelo ao Governador Hélio Prates da Silveira, para que se empenhe no sentido da correção, seja qual for a causa ou a procedência, dessa anomalia que destoa do quadro de trabalho imposto a Brasília pela dinâmica atuação de sua equipe. Que, pelo menos, sejam os funcionários das Fundações beneficiados dos problemas que estão acarretando o congelamento de seus vencimentos — e que esses empecilhos sejam superados logo, pagando-se o justo, o devido aos que constroem a estrutura definitiva do Distrito Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Adalberto Sena.

**O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)** — Tem a palavra o nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, em 5 de abril de 1962, ocupava eu a tribuna da Câmara dos Deputados para fazer um apelo ao Ministro da Fazenda e ao

Presidente do Banco do Brasil de então, Srs. Walter Moreira Salles e Ney Galvão, a fim de que instalassem uma agência do Banco do Brasil em Tobias Barreto, um dos mais prósperos municípios de Sergipe. Salientava então que aquela Cidade vinha “experimentando rápido processo de desenvolvimento em todas as suas atividades” graças “aos esforços do Prefeito João Valeriano dos Santos”, que realizara metódico estudo que demonstrou ser a medida não só de todo cabível, como também necessária ao processo de desenvolvimento registrado em Tobias Barreto.

Desde então iniciamos uma luta incessante, renovando com persistência nossos apelos aos sucessivos dirigentes do Banco do Brasil, com o firme propósito de obtermos a instalação em Tobias Barreto de uma agência do nosso principal estabelecimento de crédito.

Infelizmente não alcançamos de imediato o que pretendíamos. Sucessivas crises se abateram sobre o País, até que eclodiu, em 1964, a Revolução que salvaria o Brasil da situação caótica a que chegara. Por outro lado, bem sabemos que o atendimento de solicitações como a que viamos fazendo, demanda estudos complexos e demorados. Daí, inclusive, a persistência com que, inclusive quando ainda a frente do Governo do Estado, reivindicamos sempre a instalação de uma Agência do Banco do Brasil em Tobias Barreto, conforme pretensão expressa naquela época pelo Prefeito João Valeriano dos Santos. As dificuldades do problema jamais nos levaram ao desânimo. Muito ao contrário, mais nos impunha ânimo forte e seguro.

No atual Governo prosseguimos em nosso esforço, que sempre correspondeu ao sentimento do povo de Tobias Barreto. Daí a satisfação que tivemos ao ter conhecimento de que o Governo Paulo Barreto de Menezes também apoiará a nossa velha e justa pretensão.

Eis que, na sessão que realizou no dia 3 de julho passado, o Conselho Monetário Nacional autorizou o Banco do Brasil a instalar a agência de Tobias Barreto. Mais de dez anos depois, torna-se vitoriosa naquela Conselho a causa que sustentamos todo esse tempo. Para ela pedíamos, anos atrás, o apoio do ex-Diretor do Banco do Brasil, Dr. Ivan Macedo Mello, ilustre sergipano que ocupou uma das diretorias daquele estabelecimento de crédito.

Eis porque, Sr. Presidente, não podíamos deixar de expressar desta tribuna, nosso regozijo pela decisão adotada no dia 3 de julho pelo Conselho Monetário Nacional. E, ao mesmo tempo, expressar os agradecimentos, nosso e de todo o povo de Tobias



Barreto, ao ilustre presidente Nestor Jost, que tanto tem dinamizado a ação do Banco do Brasil em todo o País, inclusive, no Exterior. Não podíamos, também, deixar de manifestar, de público, nosso reconhecimento ao Dr. Camilo Calazans, atual Diretor do Banco do Brasil para a região do Nordeste, ilustre sergipano a cuja dedicação e excepcional capacidade de trabalho o Nordeste e Sergipe muito devem.

Maior é a razão de nossa satisfação, Sr. Presidente, pela feliz coincidência de que o atual Prefeito de Tobias Barreto é o mesmo Sr. João Valeriano dos Santos, que já em 1962 se empenhava na luta por uma reivindicação que agora verá atendida. Os esforços realizados, a persistência com que mantivemos, durante tantos anos, nosso objetivo, enfim todo o trabalho por ele empreendido e que sempre apoiamos na Câmara, no Governo do Estado e nesta Casa, estará finalmente amplamente recompensado, pois a agência a ser agora instalada em Tobias Barreto será importante contribuição para novo surto de desenvolvimento daquela região.

Congratulando-nos com o ilustre Prefeito de Tobias Barreto, Sr. João Valeriano dos Santos, e com toda a população daquele Município, tornamos parte integrante deste nosso discurso, aquele que proferimos na Câmara, publicado às páginas 1354 do "Diário do Congresso Nacional", Seção I, de 6 de abril de 1962, que marca o início da longa e obstinada luta que desenvolvemos e que agora se torna uma auspiciosa realidade, não apenas para Tobias Barreto e sua laboriosa gente, mas pelos seus reflexos para todo o Estado de Sergipe! **(Muito bem! Muito bem! Palmas.)**

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA — (Lê a seguinte comunicação.)** Sr. Presidente, Srs. Deputados, nossa palavra hoje, nesta tribuna, se dirigirá à consideração do eminente Ministro da Fazenda, Sr. Walter Moreira Salles, e do Presidente do Banco do Brasil, Sr. Ney Galvão. Um dos mais prósperos municípios do Estado de Sergipe é Tobias Barreto, que vem experimentando rápido processo de desenvolvimento em todas as suas atividades econômicas. Cidade localizada nas fronteiras com a Bahia, recebeu há quatro meses a energia de Paulo Afonso, graças aos esforços do operoso Prefeito João Valeriano dos Santos. Com tal crescimento, depois de um estudo metódico resolvemos dirigir um apelo e aqueles dois ilustres dirigentes da política econômica do país no sentido de que estudem e mandem providenciar, o quanto antes, a instalação de uma agência do Banco do

Brasil em Tobias Barreto. Pela sua população, pela sua produção agrícola e pela força de sua pecuária, pelo seu desejo manifesto de aproveitar matéria-prima no sentido de industrialização em sua área, este é um dos municípios que carecem desta iniciativa no menor espaço de tempo possível.

Temos certeza de que nosso apelo nesta hora, será ouvido pelo Ministro da Fazenda e pelo Presidente do Banco do Brasil, homens voltados para as necessidades das diversas regiões brasileiras. O que Tobias Barreto pede é um instrumento em que possa vir a ter regime bancário próximo das atividades produtivas. Não se pede favores ou concessões especiais, o que se quer é certa comodidade para a feitura dos negócios e mais tranquilidade para os que labutam nos diversos setores da agricultura, da pecuária e da indústria, evitando-se viagens a outras cidades, tempos de espera e outros problemas. Esperamos contar com o apoio do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco do Brasil para esta importante iniciativa que se constitui hoje na maior reivindicação do laborioso povo de Tobias Barreto.

Era o que tinha a dizer. **(Muito bem.)**

#### O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

— Concedo a palavra ao Sr. Senador Wilson Campos, representante de Pernambuco.

**O SR. WILSON CAMPOS — (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Senhor Presidente, Senhores Senadores, o Ano do Sesquicentenário tem sido, até agora, uma permanente demonstração de júbilo cívico, em que a mocidade das escolas, dos colégios e das academias se disputa, em concursos os mais diversos, verdadeiras maratonas intelectuais a mais brilhante comemoração, em que os desportistas se aprimoram, em memoráveis campeonatos, por afirmar o progresso nacional nas competições atléticas; em que tanto as universidades como os sodalícios históricos e literários promovem concursos, com a participação das classes empresariais, para premiar trabalhos dignos de figurar em nossas bibliotecas, alusivos a nossa Independência.

Estão o Governo e o povo irmanados numa inequívoca demonstração de patriotismo, mantendo acesa aquela chama cívica que surgiu no Ipiranga ao ecoar o grito varonil de Pedro I, no episódio da nossa Independência política, antes como a voz uníssona de duas pátrias, igualadas no sentimento de igual formação, do que como anseio de separação.

Se o Brasil, antes, abrigara D. João VI, dando-lhe ensejo de revelar, aqui, as qualidades de estadista que Portu-

gal ainda lhe não conhecera, tivemos a ventura de conquistar-lhe o filho para a grande causa, justamente porque o nosso primeiro Imperador sentia, em sua vocação que a hostilidade brasileira alimentara, que no Brasil haveriam de frutificar aquelas sementes de lusitanidade, que a língua, a religião e o direito português semearam, nestas plagas, para honra dos portugueses e glória dos brasileiros.

O jovem príncipe, ao pronunciar o famoso "Fico", exteriorizara todo o seu sentimento de brasilidade, com as ardentias do temperamento lusitano; e, logo que sentiu suficiente a capacidade dos nossos estadistas para sustentar a auto-determinação do País, também soube despedir-se, aqui deixando o filho, brasileiro de nascimento, para continuar-lhe a hierarquia e conduzir os destinos da nação que aprendera a amar, gloriando-se nela e seguro do seu poderoso destino.

Se os portugueses residentes no Brasil — diria melhor os luso-brasileiros, pelas recentes decisões da dupla nacionalidade, em fecundo exemplo ao mundo — têm participado desses festejos com o maior entusiasmo cívico, não é menos certo que muitos, em Portugal, desejariam vir, este ano, comemurar com o Brasil nas comemorações do Sesquicentenário da nossa Independência.

Em recente viagem àquele país, ouvi, durante uma semana de permanência, de quantos conheci, a testemunhar-me o carinho da hospitalidade lusitana, a manifestação desse desejo, que tanto me comoveu e orgulhou.

Aproxima-se o mês de setembro, quando tais festejos chegarão ao clímax, em todas as cidades brasileiras. Seria o momento de convidar a essa comunhão cívica, nas praças e nas ruas, nos educandários e nos centros de cultura, nos quartéis e nas igrejas, figuras representativas de Portugal, dos seus educandários, dos seus sindicatos, das suas casas legislativas, os intelectuais, os estudantes, os trabalhadores, os nossos irmãos portugueses.

Por isso mesmo, seguros de que esse é o desejo do Governo e do povo, endereçamos um apelo ao Governo de Portugal e à Transportes Aéreos Portugueses — a famosa TAP — que leva aos mais longínquos rincões a bandeira de Portugal, no sentido de patrocinarem a viagem, ao nosso País, de uma delegação das classes representativas da gente lusitana, para participação pessoal nessas comemorações, na Semana da Pátria.

Poderia parecer que o pedido chega muito em cima da hora. Mas é que lá, entre as crianças, os estudantes, os intelectuais, os trabalhadores, os parlamentares e homens de Governo, tão forte se manifesta essa adesão às co-



memorações do Sesquicentenário da nossa Independência, que as próprias instituições particulares, as classes empresariais e os institutos mais representativos do País irmão responderiam, imediatamente, a essa convocação, superando quaisquer desencontros de um chamamento apressado.

Tenho certeza de que o Engenheiro Vaz Pinto, presidente da TAP, com a capacidade de organização, o desprendimento cívico e a estima que vota ao Brasil, encontrará meios para essa rápida mobilização e, quanto a nós, haveremos de oferecer, aos estimados convidados, uma casa luso-brasileira, com certeza, com a hospitalidade que eles nos ensinaram.

Sabemos que a Transportes Aéreos Portugueses adquiriu, recentemente, dois modernos aviões do tipo 747, denominado popularmente "JUMBO".

Prestando uma homenagem à nossa Pátria, batizou a TAP uma das aeronaves com o nome de "Brasil", em solenidade ocorrida em maio próximo passado, ao comemorar mais um aniversário de suas atividades. Nessa homenagem coube destacado lugar ao nosso Estado, convidado que foi o Governador de Pernambuco, Doutor Eraldo Gueiros Leite, a visitar Lisboa, a fim de paraninfar, solenemente, a cerimônia do batismo daquele avião.

Temos certeza de que, conhecendo a nossa sugestão, o Doutor Vaz Pinto envidará esforços, junto ao Governo português e na sua empresa no sentido de que a delegação por nós sugerida esteja conosco na "Semana da Pátria".

Neste ensejo apelamos às autoridades brasileiras para que, caso encampada a nossa sugestão pelas autoridades portuguesas e pela TAP, se houver solicitação de acolhimento dessa delegação ao Brasil, todas as facilidades lhe sejam concedidas.

Gostaríamos, finalmente, que, ao escolher o avião para essa viagem ao Brasil, a TAP não esquecesse o "Jumbo", que recebeu o nome de "Portugal", coroando, assim, com maior brilhantismo, a participação da brava gente lusitana nos festejos comemorativos do Sesquicentenário da Independência do Brasil. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos, representante do Estado de Santa Catarina.

**O SR. ANTONIO CARLOS — (Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.)** Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Imprensa brasileira, as estações de rádio e emissoras de televisão deram conhecimento ao País da

calamidade que se vem abatendo sobre várias regiões do Estado de Santa Catarina.

Prolongadas chuvas nos vales dos rios Chapecó, do Peixe e Itajaí provocaram cheias de proporções extraordinárias, que estão a preocupar os representantes catarinenses no Congresso Nacional e a trazer o maiores prejuízos de ordem material às laboriosas populações que habitam aquelas regiões de meu Estado.

Hoje, Sr. Presidente, graças à gentileza do "Jornal de Santa Catarina", da cidade de Blumenau, recebi, em síntese, um quadro da situação criada pelas cheias dos Rios Itajaí, do Peixe e Chapecó.

Diz o despacho que me chegou, há poucos momentos, às mãos, que no Vale do Itajaí, na cidade de Blumenau, mais de mil casas foram atingidas pelo transbordamento do Rio Itajaí-Açu que, inclusive, inundou a Avenida Beira-Rio, via urbana que se situa à margem direita do Rio Itajaí, naquela cidade.

O Exército, as autoridades estaduais e municipais têm procurado manter a situação sob controle, naquela grande cidade do Vale do Itajaí. Já se iniciou a vacinação antitífica. As principais ruas da cidade de Blumenau estão alagadas, o que dificulta a circulação no centro e na periferia. Por outro meio, tive a informação de que as escolas suspenderam as aulas.

Na Cidade de Rio do Sul, no Alto Vale do Itajaí, os bairros de Mata-douro e Canoas foram duramente atingidos. As cidades de Rio do Oeste e Agronômica estão totalmente isoladas. A água invadiu essas duas cidades. A cidade de Taio está com o seu acesso à BR-470 muito prejudicado. Estão trafegando apenas caminhões e ônibus. No Vale do Rio Itajaí-Mirim, principal afluente do Rio Itajaí-Açu, a situação não é diversa. A cidade de Brusque está sem condições de comunicações rodoviárias. Todas as estradas estão bloqueadas. O mesmo ocorre com a ligação Blumenau-Itajaí, estrada estadual pavimentada, a SC-23. Aí, também só é possível o tráfego de caminhões e ônibus em condições muito difíceis pois a água invadiu a SC-23, na altura da Cidade de Ilhota, com um nível de cerca de 40 centímetros acima do piso da estrada.

Esta, Sr. Presidente, em síntese, a situação no Vale do Itajaí.

Hoje, as águas continuam subindo.

No Vale do Rio do Peixe, onde se situam as cidades de Caçador, Rio das Antas, Videira, Tangará, Ibicaré,

Joaçaba, Herval do Oeste, Herval Velho, Capinzal, Ouro, Lacerdópolis, Piratuba e Ipira a cidade mais atingida foi Videira, com mais de mil pessoas desabrigadas, recolhidas a prédios públicos; trinta casas arrastadas pela corrente das águas que transbordaram do leito do Rio do Peixe. As cidades de Caçador, Joaçaba, além de outras cidades menores — Tangará, Rio das Antas — também foram atingidas. Os maiores prejuízos se situam na zona rural, nas lavouras da região.

A informação que recebi diz ainda que uma Comissão da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul do Brasil e do Governo do Estado estuda a extensão dos prejuízos. Os jornais ainda noticiaram, Sr. Presidente, e de fato houve, graves prejuízos na região do Vale do Rio Chapecó e de seu afluente, Rio Chapecozinho, tendo sido atingida a cidade de Chapecó e seus arredores.

Grande chela ameaça também as populações ribeirinhas do Uruguai, inclusive parte da ponte em construção no passo Goyo En, via mais importante para o intercâmbio social e econômico com o Estado do Rio Grande do Sul, foi levada pela correnteza desse rio.

Esses elementos, certamente, são suficientes para que o Senado possa conhecer da extensão da calamidade que se abate sobre Santa Catarina.

O sistema hidrográfico do Estado que tenho a honra de Representar nesta Casa é, sem dúvida, em circunstâncias normais, uma bênção de Deus. É Santa Catarina cortada por rios que correm para a Bacia Atlântica e outros que deságuam na Bacia do Rio Uruguai e, ainda, alguns que são tributários da Bacia do Rio Paraná através do Rio Iguaçu. Esse sistema faz com que a agricultura em nosso Estado, só em condições excepcionais, sofra problemas decorrentes de estiagens. De outro lado, contudo, esse sistema hidrográfico, caprichoso e de extraordinária valia para o desenvolvimento de nossas atividades econômicas, em períodos prolongados de chuva se transforma em uma grande ameaça. A nossa história tem inúmeras páginas que registram calamidades decorrentes de enchentes.

A cidade de Blumenau, dois anos após a sua fundação pelo Dr. Hermann Bruno Otto, professor universitário que deixou a Alemanha para levantar, nas selvas do sul do Brasil, um pólo de civilização e desenvolvimento; dois anos após a fundação, foi castigada por uma violentíssima enchente. Só a perseverança, o espírito de decisão e a coragem do Dr.

Blumenau e seus companheiros é que tornaram possível o prosseguimento daquela obra pioneira — hoje orgulho do Brasil.

Ao fim do século XIX, exatamente em 1893, uma terrível enchente assolou todo o Vale do Itajaí e à medida que as terras do Vale e de seus tributários foram sendo ocupadas, que se fizeram o desmatamento para as plantações, as edificações, enfim, para que se efetivasse a ocupação da terra, os tributários do Rio Itajaí-Açu passaram a ter regime torrencial e aquelas enchentes que apenas se verificavam quando o período de chuvas era muito prolongado e a precipitação pluviométrica muito violenta, passaram a se amoldar e as chuvas menos prolongadas e menos violentas correspondem sempre, depois da ocupação das terras do Vale do Itajaí e seus tributários, a enchentes calamitosas. Depois que fui eleito Deputado Federal, depois que o povo de Santa Catarina me escolheu seu representante no Congresso Nacional, lembro-me de que inúmeras vezes ocupei a tribuna do Congresso, desta e da outra Casa, para dar notícias como esta que hoje estou transmitindo ao Senado da República.

Em 1957, a região do Vale do Itajaí sofreu o castigo de uma grande enchente. Apresentei, então, um projeto de lei, autorizando o Poder Executivo a abrir um crédito de três milhões de cruzeiros — três mil cruzeiros novos — para atender parte dos prejuízos causados por aquele fenômeno. Esse projeto foi ao Senado e, aqui nesta Casa, pelo trabalho do saudoso Senador Francisco Benjamin Galotti, foi ampliado e todos os municípios atingidos pela enchente foram então contemplados. A enchente de 57 castigou principalmente o baixo Vale do Itajaí e o vale do Rio Tijucas.

Em 1961, ao início do governo do nosso eminente colega Senador Celso Ramos, voltaram as enchentes a provar a capacidade de trabalho e o espírito de coragem do povo catarinense. Lembro-me que S. Ex.<sup>a</sup> sobrevoou a região assolada, em helicóptero, para conhecer os efeitos das cheias. O Estado teve então que atender a inúmeras famílias que estavam isoladas em suas casas e já em perigo de vida, pois estas casas estavam na iminência de ser levadas pela força da água.

Naquela ocasião, o Governo federal atendeu o Estado de Santa Catarina com auxílios da ordem de 200 mil cruzeiros novos, em duas parcelas de 100 mil.

No inverno de 1965, o fenômeno voltou a se manifestar, e aí em cará-

ter geral. Realizava eu a campanha para o Governo do Estado de Santa Catarina, candidato que era aquele posto pela extinta União Democrática Nacional. Estou bem recordado que com compromissos no Município de Chapecó, ainda quando as chuvas não tinham atingido o apogeu, tentei deslocar-me da cidade de Itajaí para o extremo oeste do Estado. A viagem foi interrompida no Município de Lages e ocorreu até um fato curioso. O candidato a Prefeito do partido adversário aguardava também um avião que deveria chegar de Florianópolis. Quando cheguei ao aeroporto de Lages, a cidade estava debaixo de um violentíssimo temporal. A única pessoa que estava no aeroporto era o candidato a Prefeito do partido adversário. Ele gentilmente perguntou se eu aceitaria ir no seu carro, mesmo exibindo propaganda contra a minha candidatura. Aceitei aquele generoso gesto e, no dia seguinte, pela manhã, tentei buscar, via aérea, Chapecó. Mas, na altura do Vale do Rio do Peixe, as condições meteorológicas eram de tal ordem que tivemos de tentar o aeroporto de Porto União.

Não conseguimos descer em Porto União e fomos a Curitiba. Só três dias depois é que pude atingir a cidade de Chapecó.

O fenômeno foi extremamente violento em 1965, atingindo todas as regiões de Santa Catarina banhadas por grandes rios. O Governo Federal compareceu, auxiliando o Estado com 600 mil cruzeiros novos para a reconstrução das obras públicas que tinham sido destruídas pelas enchentes. Aqui vale uma observação: o Estado de Santa Catarina conta com 197 municípios e uma população de 2.910.000 habitantes, muito bem distribuída por esses 197 municípios, pois que a nossa Capital, que é a maior concentração humana do Estado, não tem ainda 200 mil habitantes, e as outras cidades maiores: Lages, Joinville, Blumenau, Criciúma, Tubarão e Itajaí ainda não atingiram 100 mil habitantes, ou se atingiram, estão em torno desta cifra —, essa boa distribuição e a presença de tantos centros urbanos, ainda que pequenos, todavia, faz com que tenhamos uma rede de estradas de rodagem muito extensa e singulares problemas de circulação de riqueza. Em 1965, a rede de estradas de rodagem de Santa Catarina somava 35 mil quilômetros, estradas federais, estaduais e municipais. Hoje, deve ir bastante além.

O número de obras d'arte, de trechos de estradas que uma enchente das proporções desta que está se verificando em nosso Estado, no Vale do Itajaí, no Vale do Rio do Peixe, no Vale de Chapecó, destrói é, simplesmente, impressionante.

O Governo Estadual tem de, imediatamente, iniciar um programa de emergência — prejudicando assim seu programa administrativo, o seu plano de governo — para restabelecer a circulação da riqueza; para impedir que as safras agrícolas se percam; para enfim fazer com que o Estado possa retomar seu ritmo de trabalho e recuperar o ritmo perdido com as consequências da enchente.

Em 1969, o fenômeno foi localizado no Sul do Estado e a cidade mais atingida foi a de Lauro Müller. Tivemos, inclusive, de lamentar algumas mortes na cidade de Lauro Müller, quando da enchente de 1969.

O Governo Federal também acorreu em auxílio daquele município e dos municípios vizinhos, abrindo um crédito extraordinário de Cr\$ 500.000,00.

**O Sr. Lourival Baptista** — Permite-me, V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS** — Ouço o nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** — De-sejo nesta oportunidade, eminente Senador Antônio Carlos, solidarizar-me com V. Ex.<sup>a</sup> e com o povo catarinense por este drama por que está passando.

Bem sei avaliar o que seja a extensão de uma calamidade como a que nos diz a todos nós. Não tenho dúvida de que a comunicação que V. Ex.<sup>a</sup>, eminente Senador Antônio Carlos, faz ao Senado, será ouvida pelo Governo Federal que tudo fará para minorar o sofrimento das populações atingidas pelas enchentes verificadas no Estado que V. Ex.<sup>a</sup> tão bem representa nesta Casa. Lembro-me, muito bem, das palavras de V. Ex.<sup>a</sup>, na Câmara dos Deputados, lá pelos idos de 1961 a 1965, quando, da tribuna daquela Casa, solicitava o auxílio do Governo Federal para as populações atingidas por aquelas calamitosas enchentes. Mais uma vez, damos a nossa solidariedade a V. Ex.<sup>a</sup> e ao povo do seu glorioso Estado.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS** — Muito grato, nobre Senador Lourival Baptista. A manifestação de solidariedade do nobre representante do Estado de Sergipe enriquece o meu discurso e dá a ele uma dimensão que o faz capaz de traduzir a mensagem que pretendo levar ao Governo Federal, em nome de Santa Catarina.

**O Sr. Ruy Santos** — Esta solidariedade, pode V. Ex.<sup>a</sup> ter a certeza, é de toda a Casa.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS** — Muito obrigado ao nobre Líder, Senador Ruy

Santos, pelo aparte generoso com que acaba de me distinguir.

Dizia eu, Sr. Presidente, que não só pelos dados constantes da mensagem de que dei conhecimento ao Senado como também pelas notícias dos jornais, das estações de rádio e das emissoras de televisão, podemos afirmar que Santa Catarina sofre uma das mais violentas enchentes que já se abateram sobre o seu território, que já atingiram as suas cidades, as suas lavouras, as suas vias de comunicação, que já comprometeram os seus instrumentos de trabalho.

O Governador Colombo Machado Sales, que executa o Projeto Catarinense de Desenvolvimento, estará, certamente, neste momento, buscando meios e modos para, sem comprometer a execução do seu plano de Governo, atender a esses problemas urgentes e ingentes provocados pela enchente em meu Estado.

O Governo federal, afora aqueles auxílios que prestou, — aqui menciono alguns deles apenas — atendeu à solução do problema, fazendo estudar e projetar um sistema de regularização dos cursos dos tributários do Rio Itajaí-Açu, pois, realmente o Rio Itajaí é aquele que tem sofrido as maiores enchentes de Santa Catarina.

Os grandes tributários do Rio Itajaí-Açu — o Itajaí do Oeste, o Itajaí do Sul, o Itajaí do Norte e o Itajaí-Mirim — é que provocam as grandes chelas e a elevação do nível do Rio Itajaí-Açu de modo desmesurado.

Em construção adiantada encontra-se a barragem do Rio Itajaí do Oeste, no Município de Itaió. O ritmo de construção dessa barragem não tem sido aquela do nosso desejo. Em inúmeras ocasiões, têm faltado recursos para que a obra se faça em tempo útil, mas, já agora, tive notícias de que a barragem quase acabada, do Rio Itajaí do Oeste, apesar de ainda não concluída, evitou que a enchente atingisse proporções ainda maiores e que os prejuízos fossem de maior vulto. Houve o temor, e ainda há, de que a barragem não concluída viesse a se desmoronar nas, notícia que obtive por telefone, ontem à noite, de Blumenau, me tranqüilizou quanto a esse aspecto: a barragem, realmente, reteve grande quantidade de água e isso fez com que a cidade de Rio do Sul não sofresse ainda mais, pois o Rio Itajaí do Oeste e o Rio Itajaí do Sul se encontram na cidade de Rio do Sul que, quando ainda era Distrito de Blumenau tinha o belo nome de "Bela Aliança", aliança dos dois rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul, formando o Itajaí-Açu.

A outra barragem se situa no Rio Itajaí do Sul, montante da cidade de Ituporanga. É uma barragem de terra e ainda está em início de construção.

Recentemente, houve a rescisão do contrato com a firma que estava encarregada de construir essa obra. Creio que a esta altura já foi feito um novo contrato. A barragem tem um conduto de concreto com sangradouro e será uma barragem de terra de grande altura. Mas, também o ritmo dessa obra precisa ser acelerado para que se evite a repetição da calamidade objeto desse meu discurso.

E, finalmente, mais abaixo, já depois da Serra da Subida, no Rio Itajaí do Norte, município de Ibirama está projetada uma barragem de regularização desse rio. Essa barragem ainda não foi iniciada.

Obtive informação de que o Diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, em Santa Catarina, anunciou, agora, durante as enchentes, que iria tomar todas as providências para que essa obra fosse imediatamente atacada. Elaborado o projeto e iniciadas as obras da barragem do Rio Itajaí do Norte, do Rio Hercílio, no Município de Ibirama, será preciso, ainda, regularizar o curso do Rio Itajaí-Mirim. O Departamento Nacional de Obras e Saneamento fez a retificação deste rio, no seu curso mais baixo, pouco antes de desembocar no Rio Itajaí-Açu, na cidade de Itajaí, mas há necessidade, também, de uma obra de engenharia hidráulica, de uma barragem, para que a regularização seja completa e, então, se evite a calamidade das enchentes na cidade de Brusque.

Tenho para mim, Sr. Presidente, que os tributários do Rio Uruguai os rios Pelotas, Canoas, Marombas, Chapecó, Itacema e das Antas, e os tributários do Rio Iguaçu, principalmente o Rio Negro, também precisam ser estudados nos seus cursos, na sua vazão, para que obras de regularização evitem a calamidade das enchentes no Estado de Santa Catarina. Que as águas que correm para o Atlântico, ou aquelas que correm para o Uruguai e as outras que, mais a Oeste, buscam as águas do Rio Paraná, não sejam nunca uma calamidade mas sempre uma benesse para o Estado de Santa Catarina; que sejam sempre um fator de conforto, de bem-estar e de progresso; que sejam um instrumento de trabalho, um meio de produção, e nunca um instrumento de destruição, um agente de calamidade.

Com estas palavras, com este registro deixo aqui, em meu nome e, estou certo, no dos meus eminentes colegas, Celso Ramos e Lenoir Var-

gas, um veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, aos Srs. Ministros de Estado do Interior, dos Transportes e da Saúde, para que, feito o levantamento dos prejuízos pelo Governo do Estado e pela SUDESUL — Superintendência da Região Sul — dirigida, aliás, por um ilustre coestadano, Dr. Paulo Mebro, não falem os recursos para que possamos recuperar o tempo perdido, reconstruir as obras públicas destruídas e também atender a setores da economia catarinense duramente atingidas, especialmente o agrícola. Estará o Governo Federal atendendo a um legítimo apelo do povo catarinense e do seu Governo e contribuindo para que Santa Catarina possa continuar a ser um Estado que produz para o Brasil e trabalha para a Pátria comum. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Lembro aos Srs. Senadores a sessão do Congresso Nacional, às 19 horas de hoje, para apreciação de Mensagem presidencial.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a próxima a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 12, de 1972 (n.º 674/72, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a inscrição em prova de habilitação à livre docência (incluído em Ordem do Dia em virtude do disposto no art. 196, inciso III, alínea a do Regimento Interno, tendo PARECER, sob n.º 259, de 1972 da Comissão de Educação e Cultura, favorável, e dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça sobre o Projeto e a Emenda n.º 1 de Plenário e de Educação e Cultura sobre a emenda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 19, de 1972 (n.º 717-A/72, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que acrescenta parágrafo ao artigo 131 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, tendo PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 271, de 1972, da Comissão de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 20 minutos.)

# ATA DAS COMISSÕES

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

### 7.ª REUNIAO, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 1972

As dezesseis horas do dia vinte e nove de agosto de mil novecentos e setenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão de Educação e Cultura, sob a presidência do Senhor Senador Gustavo Capanema, Presidente, estando presentes os Srs. Senadores Tarso Dutra, Cattete Pinheiro e Benjamin Farah, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores João Calmon, Geraldo Mesquita e Milton Trindade.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Das proposições constantes da pauta, são relatadas as seguintes:

Pelo Senador Cattete Pinheiro:

— Pela rejeição da emenda n.º 1 de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n.º 12, de 1972, que "dispõe sobre a inscrição em prova de habilitação à livre docência".

Em discussão e votação, o parecer é aprovado.

Pelo Senador Tarso Dutra:

— Pela aprovação ao Projeto de Lei do Senado n.º 3, de 1972, que "dispensa os empregados inscritos em curso do MOBRRAL da obrigatoriedade de trabalhar fora do limite normal de sua jornada, e determina outras providências".

O parecer é aprovado por unanimidade pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Claudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

PUBLICAÇÃO DA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Volume com 326 páginas — Preço Cr\$ 20,00

### ÍNDICE

#### I — LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

a) Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71).

b) Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971

— Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-9-71).

#### c) Quadro Comparativo:

— Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71);

— Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-9-71);

— Projeto de Lei nº 8/71 (CN); e

— Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 3-7-65).

d) Instruções para Organização, Funcionamento e Extinção dos Partidos Políticos — Resolução nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral (D.J. de 13-9-71).

#### II — CÓDIGO ELEITORAL

a) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — "Institui o Código Eleitoral" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 30-7-65).

#### b) alterações:

— Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966 — "Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)" (D.O. de 6-5-66) (alterações já consignadas);

— Decreto-lei nº 441, de 29 de janeiro de 1969 — "Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966" (D.O. de 30-1-69; ret. D.O. de 4-2-69) (alterações já consignadas);

— Decreto-lei nº 1.064, de 24 de outubro de 1969 — "Altera a redação do art. 302 do Código Eleitoral, e dá outras providências" (D.O. de 27-10-69).

#### III — SUBLEGENDAS

— Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1969 — "Institui o sistema de sublegenda, e dá outras providências" (D.O. de 18-6-68).

#### IV — INELEGIBILIDADES

— Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970 — "Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências" (D.O. de 29-4-70).

# O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

## HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7, DE 7-9-70

### COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464)
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)

### DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide índice de oradores)

### DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

### EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

### MENSAGEM N.º 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

### PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

### PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

- Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

### SANÇÃO

- Lei Complementar nº 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1ª pág.)

### SUBSTITUTIVO DO RELATOR

- (DCN — 3-9-1970, pág. 558)
- Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### VOTOS DE DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-6-1970, pág. 617)

**Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00**

TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

# REFORMA ADMINISTRATIVA

(Redação Atualizada)

Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhe deram a Lei n.º 5.396, de 26-2-68 (DO de 29-2-68); e os Decretos-leis n.ºs 900, de 29-9-69 (DO de 30-9-69), 991, de 21-10-69 (DO de 21-10-69, e 1.093, de 17-3-70 (DO de 18-3-70).

**Índice Alfabético (Por Assunto) — Legislação Correlata**

Edição organizada, revisada e impressa pelo

**SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**Preço: Cr\$ 5,00**